

RELATÓRIO E CONTAS 2023

INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS DO IMOBILIÁRIO
E DA CONSTRUÇÃO



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório e Contas 2023

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt
Página: <http://www.impic.pt>

Data de edição: julho 2024

Índice

Introdução	5
1. Caracterização do Instituto	7
1.1 Missão e Atribuições	8
1.2 Órgãos	12
1.3 Estrutura Orgânica.....	15
2. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto	16
2.1 Estratégia de Desenvolvimento do Instituto	16
2.2 Atividade Regulatória em 2023	18
3. Recursos Humanos	26
4. Análise Económica e Financeira	31
4.1 Análise da Receita na Ótica Orçamental	31
4.2 Análise da Despesa na Ótica Orçamental.....	33
4.3 Situação Económica na Ótica do SNC-AP	35
4.4 Situação Financeira	37
5. Contabilidade de Gestão	39
6. Eventos Subsequentes	39
7. Perspetivas Futuras	40
8. Demonstrações Financeiras	41
8.1 Balanço	41
8.2 Demonstrações de Resultados Por Natureza	43
8.3 Demonstrações das alterações do património líquido	44
8.4 Demonstrações dos fluxos de caixa	45
8.5 Anexo às demonstrações financeiras.....	47
9. Demonstrações Orçamentais	74
9.1 Demonstração do Desempenho Orçamental	74
9.2 Demonstração de execução orçamental da receita	76
9.3 Demonstração de execução orçamental da despesa	77
9.4 Anexo às demonstrações orçamentais.....	78
9.5 Orçamento.....	96
10. Legislação em vigor em 2023	99
10.1 Contratação Pública.....	99
10.2 Construção	104
10.3 Mediação Imobiliária	112
10.4 Ficha Técnica da Habitação	114
10.5 IMPIC, IP.....	115

Índice de Figuras

Figura 1 – Organograma Funcional do IMPIC, I.P.....	15
Figura 2 – Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC, I.P.....	16

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Títulos Habilitantes Válidos (2013-2023).....	18
Gráfico 2 – Alvarás emitidos (2013-2023).....	19
Gráfico 3 – Certificados emitidos (2013-2023).....	20
Gráfico 4 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2013-2023).....	20
Gráfico 5 – Ações Inspetivas desencadeadas em 2023.....	21
Gráfico 6 – Empresas inspecionadas em 2023.....	22
Gráfico 7 – Construção – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2023.....	22
Gráfico 8 – Mediação Imobiliária – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2023.....	23
Gráfico 9 – Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2023.....	24
Gráfico 10 – Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2023.....	25
Gráfico 11 – Procedimentos de contraordenação.....	25
Gráfico 12 – Distribuição dos Elementos Efetivos por Grupo Profissional.....	27
Gráfico 13 – Pirâmide Etária.....	28
Gráfico 14 – Distribuição dos Elementos Efetivos por Grau Académico.....	29
Gráfico 15 – Distribuição dos/as colaboradores/as segundo o nível de antiguidade.....	30
Gráfico 16 – Evolução das Receitas Orçamentais (2016 a 2023).....	31
Gráfico 17 – Evolução das Despesas Orçamentais (2016 a 2023).....	33

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Atos Regulatórios (2019-2023)	21
Tabela 2 – Pessoal ao serviço do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2023.....	26
Tabela 3 – Receitas Orçamentais (2023/2022).....	32
Tabela 4 – Execução do Orçamento da Receita (2023).....	32
Tabela 5 – Despesas Orçamentais (2023/2022)	34
Tabela 6 – Execução do Orçamento da Despesa (2023).....	34
Tabela 7 – Rendimentos e Gastos (2023/2022).....	35
Tabela 8 – Rendimento por tipo de atividade (2023/2022).....	36
Tabela 9 – Outros Gastos (2023/2022).....	36
Tabela 10 – Estrutura Financeira (2017 a 2023)	37
Tabela 11 – Ativo.....	37
Tabela 12 – Património Líquido e Passivo	38

Siglas

ANI	Agência Nacional de Inovação
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
EUR	Em Euros
OP	Obras Públicas
PROCURE+i	Centro de Competências Compras Públicas de Inovação
pp	Pontos Percentuais

Introdução

O presente Relatório e Contas – 2023, é um dos documentos elaborados pelo IMPIC através do qual damos a conhecer, às diversas entidades públicas e ao público em geral, o que foi a nossa atividade ao longo do exercício de 2023 e a sua materialização em termos de receita e despesa.

Permite apresentar o IMPIC, enquanto organização, explicando de forma mais detalhada como este se operacionalizou e o que aconteceu no ano em causa, assim como apresentar possíveis caminhos para o futuro. Naturalmente que este documento não pode ser analisado sem se ter em consideração o que foi a atividade do IMPIC, descrita no Relatório de Atividades - 2023, porque as contas respeitantes a essa mesma atividade são o espelho do que se conseguiu realizar e não realizar, não deixando de ter em atenção todos os condicionalismos resultantes da aprovação do Orçamento por parte da Assembleia da República, para cada ano.

Este Relatório e Contas de 2023 não pretende ser apenas um registo do nosso desempenho financeiro, mas também uma demonstração do nosso compromisso com a transparência e a responsabilidade, com foco no bem comum. Acreditamos que, ao mantermos estes valores centrais, continuaremos a alcançar resultados positivos e a criar valor para todos os nossos *stakeholders*.

De realçar que o presente documento devia ter sido elaborado até 31 de março de 2024, estando, contudo, a ser apresentado à data de julho de 2024.

A exceção e extemporaneidade desta elaboração prende-se com este (2023) ser o segundo ano de prestação de contas no novo sistema ERP SINGAP, implementado no IMPIC.

Porque a ausência de um sistema robusto e integrado, até 2022, com a necessidade de se efetuarem lançamentos manuais, permeáveis a erros e incorreções, acrescida da necessidade da migração de dados de outras aplicações do IMPIC, nomeadamente relativos à arrecadação de receitas; a escassez de pessoal, especialmente de pessoal qualificado nestas temáticas; e a ausência de formação adequada nos últimos anos, fomos confrontados ao longo de 2022 e 2023 com uma série de erros e lacunas que têm demorado a ser identificados e sanados, não permitindo condições de reportar a prestação de contas atempadamente.

O ano de 2023 foi marcado por significativas transformações e desafios que influenciaram a trajetória da nossa organização.

A Contratação Pública, em conjunto com as atividades regulatórias sobre as empresas da construção, da mediação imobiliária e das plataformas eletrónicas, continua a merecer dos nossos serviços uma atenção constante.

Destacamos a implementação dos eforms, resultante do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de setembro de 2019, que veio estabelecer os “formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos («eForms»)”, cuja função essencial é a sua utilização para a publicação, no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), dos anúncios (obrigatórios) por força das diretivas europeias de contratação pública.

Face às suas atribuições e competências, foi atribuído a este Instituto o papel de coordenar os trabalhos e grupos no âmbito da elaboração e publicação do que será o novo “Código da Construção”, que pretende agregar e simplificar os mais de 1.300 diplomas avulsos nesta temática, assim como o papel de coordenação e gestão da nova Plataforma centralizada, agregadora de todos os processos relacionados com o Regime Jurídico do Urbanismo e Edificação (RJUE), transversal a todos os Municípios de Portugal Continental e Ilhas - Plataforma Eletrónica de Processos Administrativos Urbanísticos (PEPU), tendo, ainda, sido revitalizado o seu papel, em representação do Estado português, de gestor do ProNIC - Protocolo para a Normalização da Informação Técnica na Construção.

Embora as comunicações diretas com empresas, empresários e entidades públicas, sempre que possível, tenham sido mantidas, reforçámos, através dos nossos portais (IMPIC e BASE), todo um conjunto de informação útil, como os relatórios específicos sobre a situação financeira das empresas da construção e da mediação, além do relatório, sempre esperado pelo mercado, sobre a Contratação Pública.

Agradecemos todo o esforço e dedicação das equipas do IMPIC, bem como a todas as entidades e parceiros que conosco colaboram pelo apoio e confiança depositados na nossa organização ao longo deste ano.

1. Caracterização do Instituto

O IMPIC, I.P. é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com sede em Lisboa e com jurisdição sobre todo o território nacional. No final de 2023, o IMPIC, I.P. apresentou:

Orgânica Estatutos	<ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> Instituto público integrado na administração indireta do Estado Autonomia administrativa e financeira e património próprio Dependência tutelar sob superintendência da Ministra da Habitação
Órgãos	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Diretivo Fiscal Único Conselho Consultivo
Estrutura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> Direções: 5 Departamentos: 2
Atividade de Regulação	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação/Licenciamento de empresas e plataformas eletrónicas Fiscalização e Inspeção Sancionamento Produção de propostas legislativas Informação Estatística Representação do sector em organismos europeus e internacionais Defesa do consumidor em colaboração com outras entidades
Atividades reguladas	<ul style="list-style-type: none"> Construção Mediação Imobiliária Contratos Públicos Plataformas eletrónicas de contratação pública
Principais Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> N.º de empresas inscritas (construção e imobiliário): 74 690 N.º de atos regulatórios efetuados: 21 662 N.º de empresas inspecionadas: 522 N.º de processos sancionatórios concluídos: 493 Prazo médio ponderado de títulos habilitantes: 10 dias
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> 3 Membros do Conselho Diretivo 5 Dirigentes Intermédios de nível I (Diretor de Serviços) 2 Dirigente Intermédio de nível II (Chefe de Departamento) 114 elementos efetivos (86 colaboradoras e 28 colaboradores)
Recursos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Do lado da receita, orçamento anual no valor de 14,1 M€, tendo sido executado 20,9 M€ Do lado da despesa, orçamento anual no valor de 14,1 M€ tendo sido executado 8,4 M€ (dos quais 1,2 M€ em Transferências Correntes)
Localização	<ul style="list-style-type: none"> Sede na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa Delegação na Região Autónoma da Madeira (Funchal) Delegação na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) Delegação no Porto e Postos de atendimento em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro

1.1 Missão e Atribuições

Missão

Criado com o propósito da maximização da eficácia e eficiência organizativas, o IMPIC, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos.

Atribuições

O IMPIC, I.P. exerce as três funções principais que cabem na competência administrativa do Estado: as funções de **regulação**, de **licenciamento** e de **fiscalização**.

A par destas atribuições, a lei orgânica consagra e clarifica as atribuições e competências que o Instituto exerce no âmbito da contratação pública, de que se salienta a definição do quadro jurídico-legal da atividade (designadamente mediante a preparação de diplomas legais), a representação institucional do país junto de instâncias europeias e internacionais, o exercício do poder sancionatório no domínio da construção, do imobiliário e das plataformas eletrónicas, o reporte estatístico à Comissão Europeia e a gestão de instrumentos indutores da transparência e *accountability* em sede de contratos públicos.

No que respeita à **função regulatória**, cabe-lhe definir as regras a que têm de obedecer os agentes que pretendam aceder aos mercados da construção e do imobiliário e neles permanecer. Estas regras consubstanciam-se, designadamente, nos requisitos que se entendem imperiosos para cumprir os referidos fundamentos de segurança e de proteção do consumidor, e que consistem, no essencial, *i*) na competência técnica; *ii*) na capacidade económica e financeira; e *iii*) na idoneidade.

Entendem-se como integrando ainda a **função regulatória** do IMPIC, I.P., as seguintes competências:

- A **dinamização de iniciativas estratégicas** com vista a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas e o desenvolvimento sustentável do sector, de que é exemplo a constituição em 25 de outubro de 2011, da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC), da qual o IMPIC, I.P. foi o grande impulsionador, aproximando as empresas do sector, as Universidades e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN);
- A **produção de informação estatística** e análises sectoriais das fileiras da construção e do imobiliário, que possam constituir referencial para os agentes do sector;
- A **representação técnica de Portugal** junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o sector;
- A **coordenação com a Autoridade da Concorrência** (AdC) na aplicação da Lei da Concorrência no sector da Construção, do Imobiliário e das Plataformas Eletrónicas;
- O **desenvolvimento de ações conducentes à promoção da mediação e arbitragem voluntária** para a resolução de conflitos emergentes das atividades do sector da construção e do imobiliário e dos contratos públicos;
- A aprovação trimestral de indicadores económicos a aplicar nas fórmulas de **revisão de preços** em contratos de empreitada de obras públicas.

No que respeita à **função licenciadora**, compete ao IMPIC, I.P., atribuir os títulos habilitantes para o exercício das atividades cuja regulação lhe está cometida. Estes títulos habilitantes são os Alvarás e os Certificados para a fileira da construção e as Licenças de Mediação Imobiliária para a fileira do imobiliário. De realçar ainda os poderes de emissão de declarações e registos para o exercício de atividade em Portugal para empresas estrangeiras.

Relativamente à **função fiscalizadora**, cabe ao IMPIC, I.P., em matéria de competências originárias, a função de **fiscalizar as atividades da construção e do imobiliário**, em termos, essencialmente, de poder averiguar:

- Da subsistência, no seio dos agentes respetivos, dos requisitos que levaram à sua habilitação e licenciamento;
- Do exercício ilegal das atividades reguladas por parte de agentes não habilitados.

No exercício dos poderes de fiscalização, o IMPIC, I.P. está investido de poderes sancionatórios, podendo aplicar coimas sempre que estejam preenchidos os pressupostos de violação da lei.

Como **atribuições não originárias do IMPIC, I.P.**, no âmbito da aplicação das políticas públicas, passaram a caber ao instituto novas atribuições:

O IMPIC, I.P. foi incumbido de fiscalizar **a obrigatoriedade de existência e disponibilização de Livro de Reclamações** em estabelecimentos de empresas de construção civil; mediação imobiliária; promoção imobiliária; administração de condomínios; avaliação imobiliária; arrendamento, compra e venda de bens imobiliários; administração de imóveis por conta de outrem; consultadoria e mediação de obras e gestão, planeamento e fiscalização de obras. O instituto é ainda competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento daquela obrigatoriedade.

Foi conferida ao IMPIC, I.P. a competência de fiscalizar, em articulação com a Procuradoria-Geral da República e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, o cumprimento dos deveres que recaem sobre as entidades que exerçam atividades imobiliárias, nomeadamente, no que respeita às transações imobiliárias em que intervenham, com vista à **prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo**.

O IMPIC, I.P. é ainda, competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento destes deveres.

Ao nível da **contratação pública**, o Código dos Contratos Públicos e as portarias que o regulamentam vieram conferir ao IMPIC, I.P. atribuições e competências legais nesta área, destacando-se:

- A apresentação de propostas legislativas e regulamentares relacionadas com os contratos públicos e a formulação de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- A participação nas equipas de representação técnica nacional, em matéria de contratos públicos, junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- A definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão da matéria;

- O licenciamento, a monitorização e a fiscalização das plataformas eletrónicas de contratação pública, nos termos da lei;
- A produção de manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;
- A produção de relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário;
- A análise de queixas e denúncias de cidadãos e empresas, assim como participações de entidades públicas sobre a aplicação das regras de adjudicação de contratos públicos no sector da construção e do imobiliário;
- A gestão do portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>);



- A gestão do “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- A instrução de processos de contraordenação e a aplicação de coimas por incumprimento das regras previstas no CCP;
- O reporte estatístico, à Comissão Europeia, relativo aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes.

Ao nível do Sector da Construção em 2023 foi atribuído a este Instituto o papel de coordenar os trabalhos e grupos no âmbito da elaboração e publicação do que será o novo “Código da Construção”, que pretende agregar e simplificar os mais de 1.300 diplomas avulsos nesta temática, assim como o papel de coordenação e gestão da nova Plataforma centralizada, agregadora de todos os processos relacionados com o Regime Jurídico do Urbanismo e Edificação (RJUE), transversal a todos os Municípios de Portugal Continental e Ilhas - Plataforma Eletrónica de Processos Administrativos Urbanísticos (PEPU), tendo, ainda, sido revitalizado o seu papel, em representação do Estado português, de gestor do ProNIC - Protocolo para a Normalização da Informação Técnica na Construção.

Ao nível da Contratação Pública, salienta-se o seu papel no Centro de Competências Procure+i, uma parceria com a Agência Nacional de Inovação, o qual apresenta cinco serviços especializados que visam o desenvolvimento da prática de contratação pública de inovação em

Portugal, designadamente: 1) Apoio a candidaturas Horizonte Europa PCP/PPI, 2) Boas práticas, manuais e guias, 3) Apoio jurídico, 4) Oficinas e Treinos, e 5) Intermediação em processos de CPI.

De salientar a participação ativa em grupos de trabalho promovidos pela Comissão Europeia no âmbito das Compras Públicas Sustentáveis.

1.2 Órgãos

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, o IMPIC, I.P. conta com a seguinte estrutura:

- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal Único;
- O Conselho Consultivo.

Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é o órgão colegial responsável pela implementação das atribuições do IMPIC, I.P., bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

O Conselho Diretivo é, nos termos da lei, composto por um presidente e por dois vogais.

O Conselho Diretivo foi designado por Despacho do Secretário de Estado das Infraestruturas, publicado a 06 de maio de 2021, produzindo efeitos a partir do dia 10 de maio de 2021. O Conselho Diretivo é constituído pelo Presidente, Dr. Fernando Miguel dos Santos Batista, e pelos Vogais, Dra. Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões e Eng. Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto.

Fiscal Único

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

O exercício destas funções é desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro que tutelava o IMPIC, I.P. nessa altura. No caso, é a sociedade de revisores oficiais de contas “Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda”, representada pelo Dr. Rui Manuel Correia de Pinho (ROC 989).

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do IMPIC, I.P., e nas tomadas de decisão do respetivo Conselho Diretivo.

É constituído pelo Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., que preside, e por um representante das seguintes entidades:

- Autoridade da Concorrência;
- Direção-Geral do Consumidor;
- Direção-Geral do Território;
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças;
- Gabinete Nacional de Segurança;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.;
- Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P.;
- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Governo Regional dos Açores;
- Governo Regional da Madeira;
- Ordem dos Advogados;
- Ordem dos Arquitetos;
- Ordem dos Engenheiros;
- Ordem dos Engenheiros Técnicos;
- Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

Ao Conselho Consultivo compete:

- Apoiar o conselho diretivo na definição das grandes linhas de ação do IMPIC, I.P.;
- Analisar a situação dos mercados do setor da construção e do imobiliário e da contratação pública, propondo soluções;

- Pronunciar-se sobre o quadro normativo nacional e europeu relacionado com o setor da construção e do imobiliário e da contratação pública.

No âmbito do conselho consultivo funciona a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE), à qual compete:

- Propor os indicadores económicos a estabelecer para o cálculo da revisão de preços no âmbito das empreitadas de obras públicas;
- Propor as fórmulas-tipo a aplicar em contratos de empreitada.

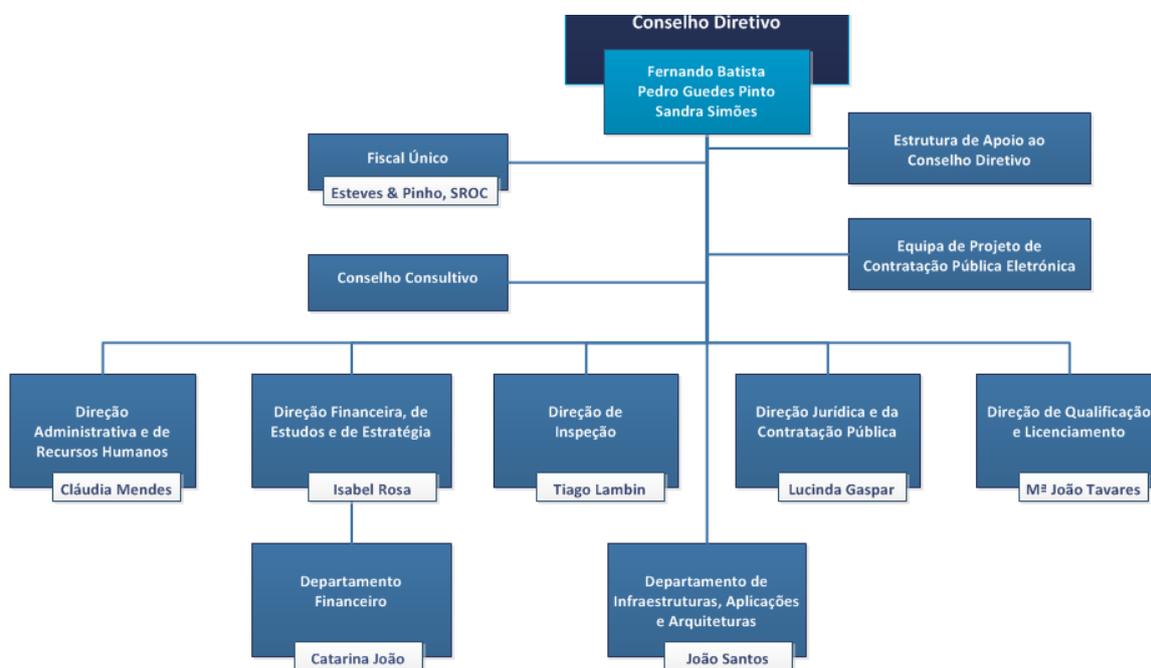
A CIFE reúne trimestralmente, e tem a seguinte composição:

- O Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., ou quem o substitua, que preside;
- 1 Representante do Instituto Nacional de Estatística, I.P.;
- 1 Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.;
- 1 Representante do órgão ou serviço responsável pela área de estudos e estatística do Ministério que tutela o emprego;
- 1 Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 1 Representante do Governo Regional dos Açores;
- 1 Representante do Governo Regional da Madeira;
- O Conselho Diretivo do IMPIC, I.P. pode convidar a participar nas reuniões da CIFE até três representantes de entidades adjudicantes de empreitadas de obras públicas, a escolher, de forma rotativa, de entre as entidades públicas mais representativas consoante os temas da agenda, bem como das associações de empresas do setor da construção e dos materiais de construção.

1.3 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica do IMPIC, I.P., foi estabelecida pela Portaria n.º378/2012, de 20 de novembro, prevendo uma composição de 5 unidades orgânicas de nível I (direções), podendo ainda, por deliberação do Conselho Diretivo, serem criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos).

Figura 1 – Organograma Funcional do IMPIC, I.P.



2. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto

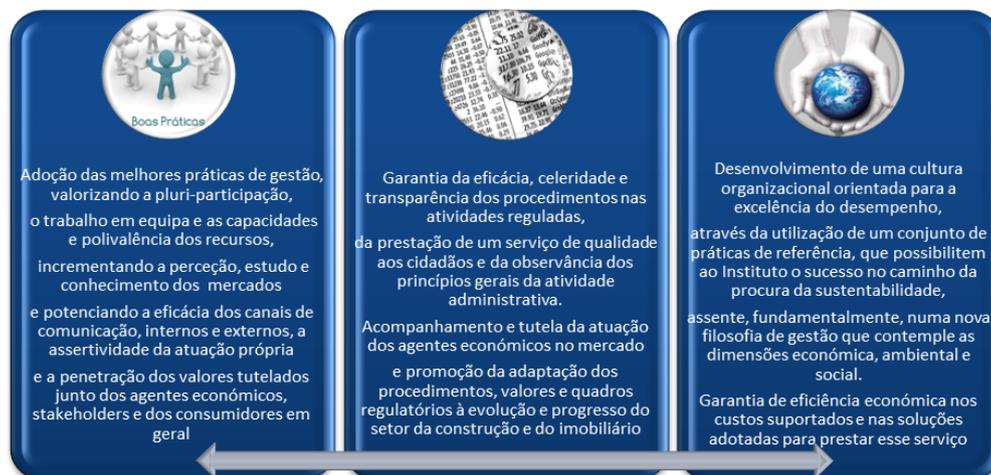
2.1 Estratégia de Desenvolvimento do Instituto

O IMPIC, I.P. rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

Tendo em conta estes objetivos e os princípios definidos na Lei-Quadro dos Institutos Públicos¹, foram delineados para o instituto os princípios orientadores que se materializam em objetivos estratégicos e operacionais, pretendendo reforçar a posição do Instituto no mercado, como regulador do setor da construção, do imobiliário e da contratação pública.

Estes princípios orientadores da gestão do instituto focam – para além da observância dos princípios gerais da atividade administrativa, da adoção das melhores práticas de gestão de organismos públicos e da prestação de um serviço aos cidadãos com a qualidade exigida por lei – a aposta na maximização da eficiência económica, através da implementação de uma filosofia de gestão baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do setor da construção e do imobiliário.

Figura 2 – Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC, I.P.



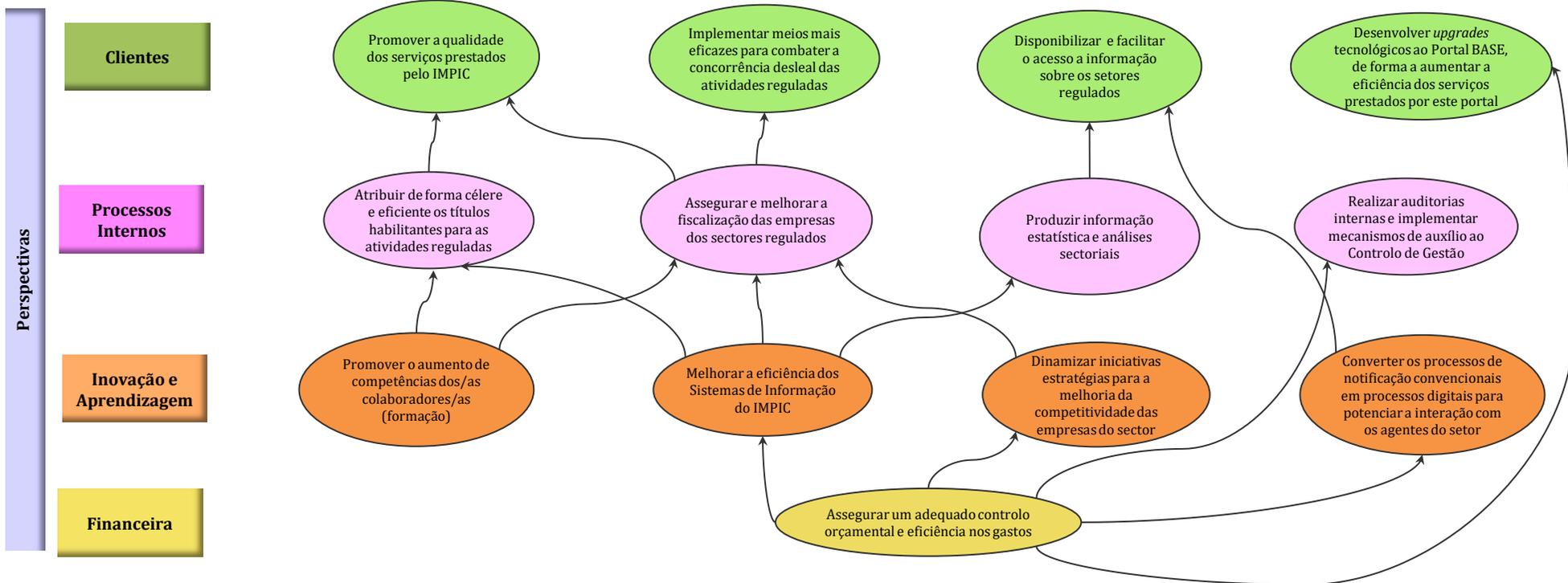
Estes princípios deram origem à definição dos Vetores Estratégicos e Objetivos Operacionais constantes do Mapa Estratégico 2023, segundo as quatro perspetivas: Clientes, Processos Internos, Inovação & Aprendizagem e Financeira.

¹ Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Mapa Estratégico de 2023

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Regular e fiscalizar o sector da Construção e do Imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste sector, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos.	Promover um sector da Construção e do Imobiliário moderno e competitivo e contribuir para uma Contratação Pública transparente e eficiente	Rigor, Isenção e Credibilidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS			
Assegurar a Eficiência dos serviços prestados pelo IMPIC	Promover a Competitividade do Sector da Construção e do Imobiliário	Fomentar o Desenvolvimento e o Conhecimento dos Sector	Contribuir para a Eficiência e a Transparência na Contratação Pública



2.2 Atividade Regulatória em 2023

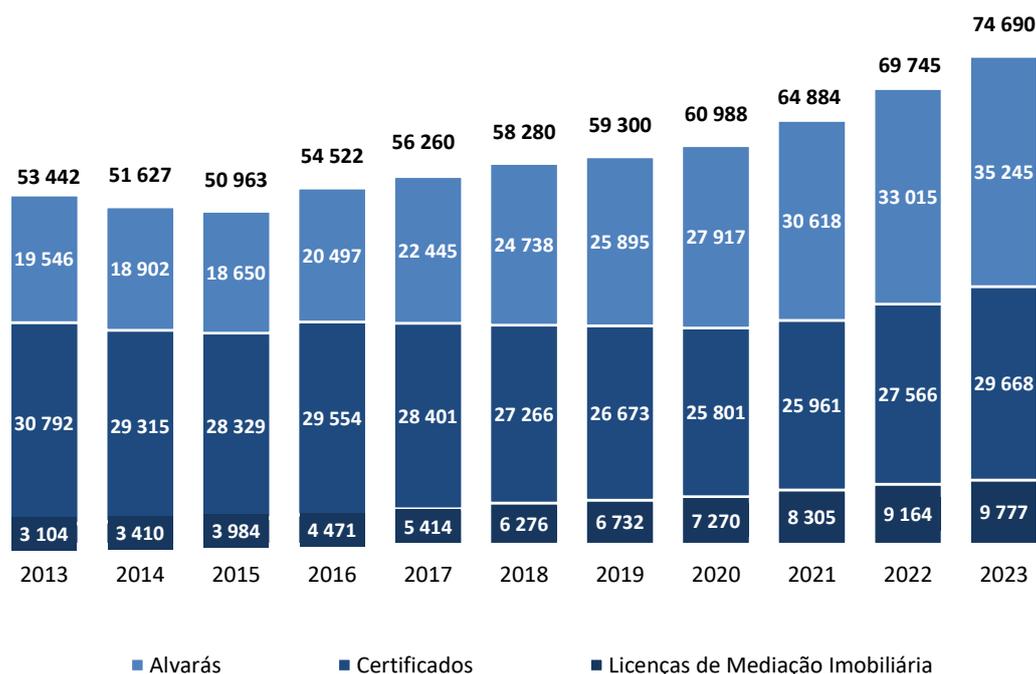
Qualificação dos Agentes do Sector

A regulação do sector da construção e do imobiliário tem inerente a qualificação dos agentes que exercem a atividade da construção e da mediação imobiliária.

Nesse sentido, cabe ao IMPIC, I.P. atribuir os respetivos *títulos habilitantes*, após a verificação das condições de acesso e permanência em cada uma das atividades reguladas.

No final de 2023, encontravam-se válidos 74 690 *títulos habilitantes*, dos quais 47,2% correspondiam a alvarás, 39,7% a Certificados e 13,1% a licenças de mediação imobiliária.

Gráfico 1 – Títulos Habilitantes Válidos (2013-2023)



Como se observa no gráfico anterior, a partir de 2013, o número de total de títulos habilitantes diminuiu, verificando-se no ano 2016 uma inversão desta tendência que se manteve até 2023.

O número de licenças de mediação imobiliária tem vindo a crescer desde 2013, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013, que regulou a atividade de angariação imobiliária.

Fileira da Construção

Durante o ano de 2023 foram concedidos 4 985 novos alvarás, correspondendo a um aumento de cerca de 0,7% relativamente a 2022 e reclassificados 1 096, correspondendo a um acréscimo de cerca de 5,1% face a 2022. A discrepância observada nos anos de 2015 e 2016, é justificada pela entrada em vigor da nova legislação da construção em junho de 2015 e da posterior publicação da portaria de taxas (Portaria n.º 261-A/2015, de 27 de agosto), obrigando à alteração do sistema de informação de apoio à atividade da qualificação e resultando nalgum atraso conjuntural na emissão de novos títulos habilitantes, sendo ultrapassado logo no início de 2016.

Gráfico 2 – Alvarás emitidos (2013-2023)



Relativamente aos certificados de empreiteiro (antigos títulos de registo), foram concedidos 4 543 novos certificados, traduzindo-se num aumento de 9,6% face a 2022. Quanto à emissão de certificados na sequência da alteração ou revalidação dos mesmos em 2023, foram emitidos 60 certificados.

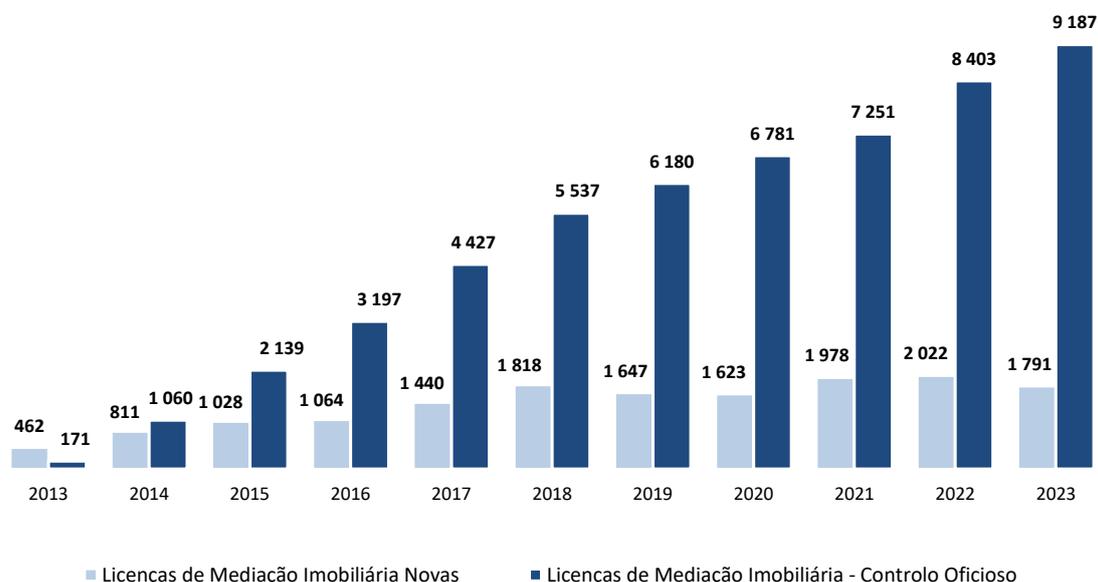
Gráfico 3 – Certificados emitidos (2013-2023)



Fileira do Imobiliário

Durante o ano de 2023 foram emitidas 1 791 novas licenças de mediação imobiliária, correspondendo a um acréscimo de 5,3% face a 2022. No entanto foram revalidadas 9 187 licenças, correspondendo a uma diminuição de cerca de 11,4% em virtude do novo regime jurídico da atividade de mediação imobiliária passar a prever a revalidação anual, em vez de trienal, como anteriormente.

Gráfico 4 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2013-2023)



Atos Regulatórios

Tendo em conta a emissão dos *títulos habilitantes* atrás referida, apurou-se, em 2023 um total de 21 662 atos regulatórios, mais 5% do que o verificado em 2022.

Tabela 1 – Atos Regulatórios (2019-2023)

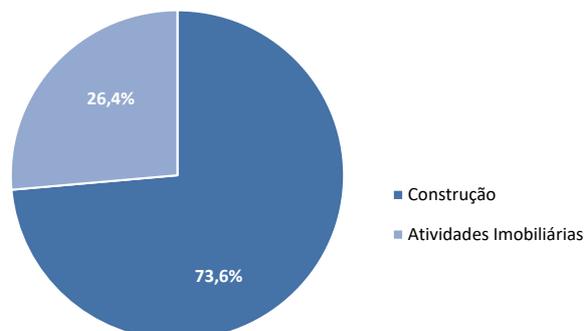
Atos Regulatórios	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2023/2022
Alvarás	5 839	4 987	6 388	5 994	6 081	1%
Certificados	3 937	3 045	3 833	4 201	4 603	10%
Licenças Mediação Imobiliária	7 827	8 404	9 229	10 425	10 978	5%
Total	17 603	16 436	19 450	20 620	21 662	5%

Fiscalização dos Agentes do Sector

Durante o ano de 2023, foram realizadas operações de fiscalização no território continental, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Nas operações de fiscalização realizadas foram abrangidos 25 concelhos, dos quais 12 em Portugal Continental, 6 na Região Autónoma da Madeira e 7 na Região Autónoma dos Açores, visando 522 empresas.

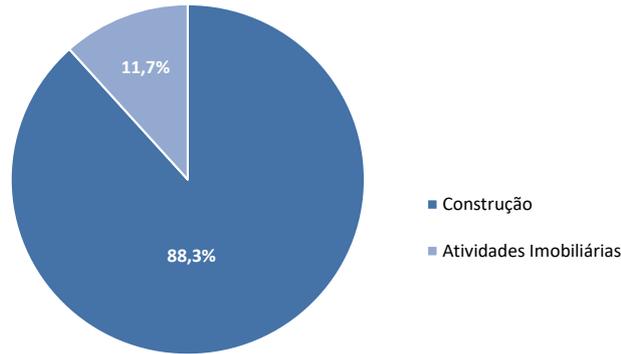
No âmbito dessas operações, foram desencadeadas 126 ações inspetivas, das quais 92 na atividade da construção, 33 nas atividades imobiliárias e 1 noutra área.

Gráfico 5 – Ações Inspetivas desencadeadas em 2023



Nestas 126 ações inspetivas foram alvo de fiscalização 522 empresas, das quais 455 na atividade da construção e 60 nas atividades imobiliárias (7 noutra área).

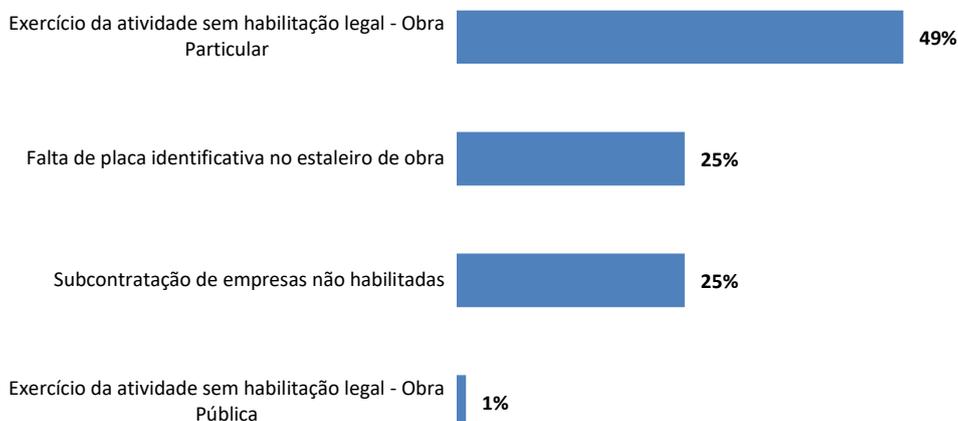
Gráfico 6 – Empresas inspecionadas em 2023



Ilícitos Detetados

Durante o ano de 2023, das 455 empresas visadas por ações inspetivas na atividade da construção, a infração detetada com maior frequência foi o exercício da atividade sem habilitação legal – Obra Particular, representando 49% do total das infrações detetadas.

Gráfico 7 – Construção – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2023



Das 60 empresas de mediação imobiliária visadas por ações inspetivas verificou-se que as infrações detetadas com maior frequência foram a não comunicação de transações imobiliárias (27%), e a falta de comunicação de início de atividade (11%).

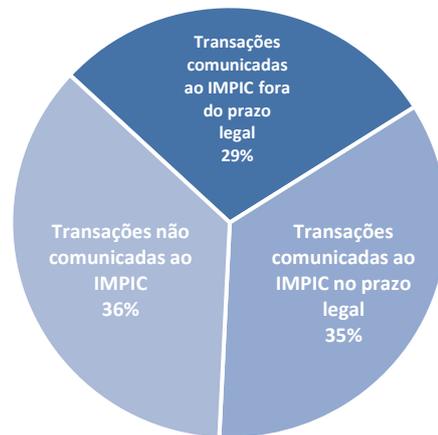
Gráfico 8 – Mediação Imobiliária – Ilícitos detetados em operações de fiscalização realizadas em 2023



Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo – Sector Imobiliário

No que respeita à área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi iniciado em 2014 o tratamento de dados relativos às transações imobiliárias verificadas no âmbito das ações inspetivas desencadeadas pelo IMPIC, I.P., nos termos da Lei n.º 25/2008, de 05/06.

Gráfico 9 – Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2023



Assim, no ano de 2023, analisada a amostra recolhida em sede de ação inspetiva (141 transações), verifica-se ainda uma relevante parcela de casos de transações imobiliárias não comunicadas (36,2%) e transações comunicadas fora do prazo legalmente estabelecido (29,1%), perfazendo um total de 65,2% no que respeita ao incumprimento desta obrigação. Cumpre destacar que, no entanto, 34,8% comunica as transações ao IMPIC, no prazo legal estabelecido.

Tratamento de queixas

Em 2023, foram rececionadas 4 139 novas queixas/denúncias/reclamações tendo sido objeto de conclusão 2 269, relativas às atividades de Construção, Mediação Imobiliária e Administração de Condomínios. Foi efetuado o tratamento de 55% das queixas, denúncias e reclamações recebidas no IMPIC, I.P.

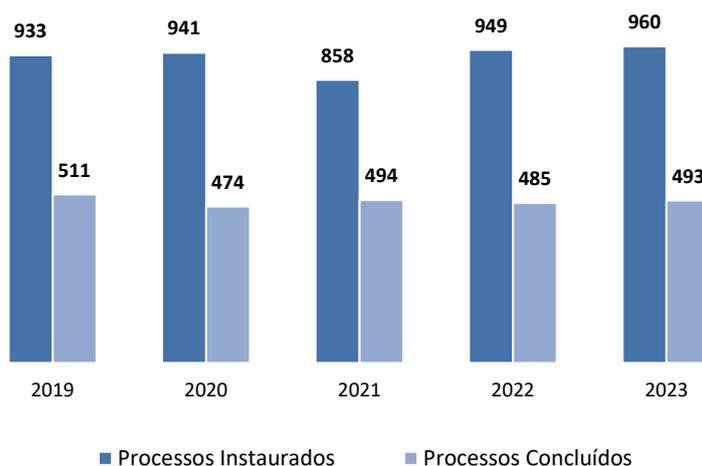
Gráfico 10 – Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2023



Sancionamento dos Agentes do Sector

Em 2023 foram instaurados 960 procedimentos sancionatórios, 567 dos quais na fileira da construção, 196 na fileira do imobiliário, 1 na atividade das plataformas eletrónicas e 196 na atividade do Código dos Contratos Públicos, correspondendo na sua totalidade a +1,2% face ao ano 2022.

Gráfico 11 – Procedimentos de contraordenação



Ao nível da conclusão dos processos sancionatórios, foram finalizados 493 processos de contraordenação, totalizando mais 1,6% face ao ano 2022.

3. Recursos Humanos

A caracterização dos Recursos Humanos que compõe o efetivo do IMPIC, I.P. está explanada no Balanço Social de 2023, sendo neste capítulo do presente relatório realizada uma súmula das suas principais características.

Número de Elementos Efetivos

Em 31 de dezembro de 2023, o IMPIC, I.P. contava com 86 colaboradoras e 28 colaboradores, num total de 114 elementos efetivos, com a seguinte distribuição por grupo profissional:

Tabela 2 – Pessoal ao serviço do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2023

Grupo Profissional	2023	
	N.º Elementos Efetivos	%
Direção Superior	3	3%
Direção Intermédia	7	6%
Técnico(a) Superior/ Inspetor(a) Superior	69	61%
Informático	1	1%
Coordenador(a) Técnico(a)	3	3%
Assistente Técnico/a	28	25%
Assistente Operacional	3	3%
Total	114	100%

A 31 de dezembro de 2023, o quadro de pessoal do IMPIC, I.P. era constituído por menos 4 elementos efetivos face ao existente no final de 2022. Face ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano 2024 (170), este valor ficou bastante aquém.

Importa referir que, além dos 114 elementos indicados, 10 trabalhadores/as do IMPIC, I.P. se encontravam a exercer funções noutros organismos da Administração Pública, encontrando-se ainda 4 elementos em situação de licença sem remuneração.

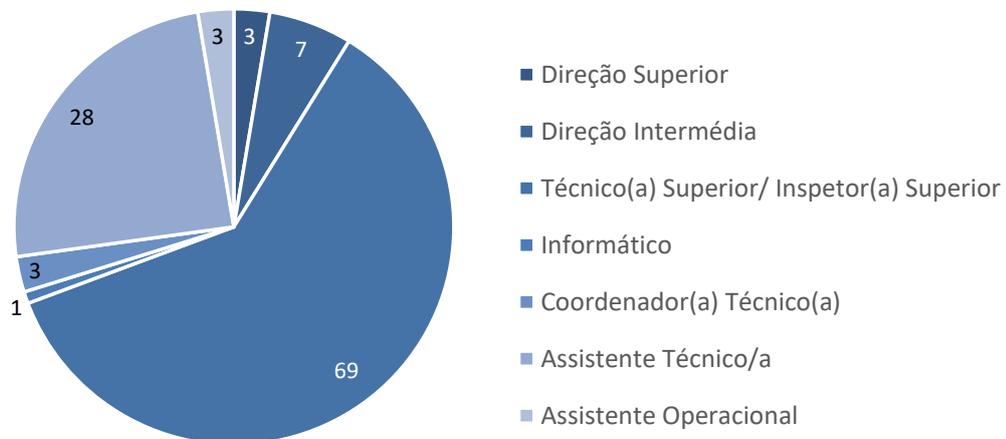
Vínculo Jurídico-Contratual

Do total dos elementos efetivos, 88 são titulares de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 15 têm nomeação definitiva, 10 encontram-se em comissão de serviço no âmbito da lei geral do trabalho em funções públicas e 1 com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Grupos Profissionais

Em relação à distribuição dos elementos efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, face ao total, os grupos técnico superior/ inspetor superior (69) representavam cerca de 61%, os grupos coordenador técnico (3), assistente técnico (28) e assistente operacional (3) cerca de 30% e os dirigentes cerca de 9%.

Gráfico 12 – Distribuição dos Elementos Efetivos por Grupo Profissional



Género

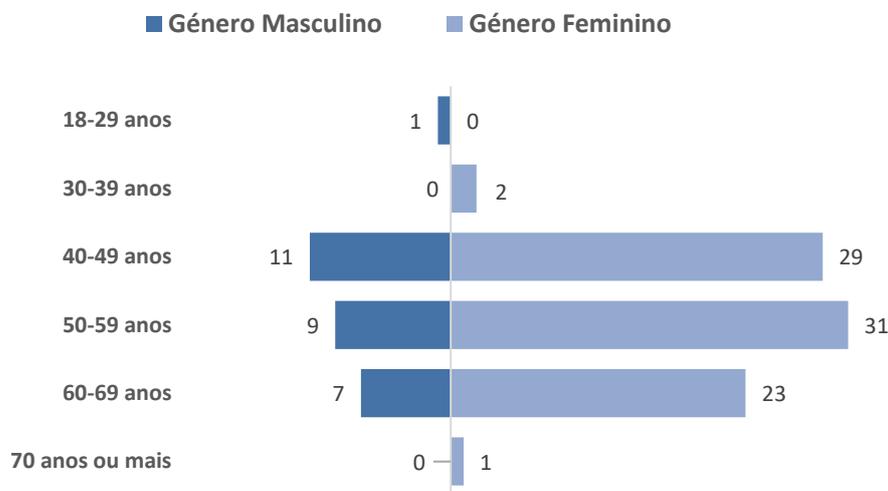
Relativamente à distribuição dos elementos efetivos por género, existe, na maioria dos grupos profissionais, uma predominância do sexo feminino, traduzida numa Taxa de Feminização (mulheres/efetivos x 100) de 75% e, conseqüentemente, numa Taxa de Masculinização (homens/efetivos x 100) de 25%.

Estrutura Etária

O nível etário médio dos elementos efetivos do IMPIC, I.P. situa-se nos 53 anos.

O intervalo 40-49 assim como o intervalo 50-59 representados no gráfico seguinte possuem, cada um, 40 efetivos respetivamente, sendo predominante o género feminino.

Gráfico 13 – Pirâmide Etária



Estrutura Habitacional

Dos 114 elementos efetivos, 60% possuem um mestrado, uma licenciatura ou um bacharelato (49 colaboradoras e 19 colaboradores).

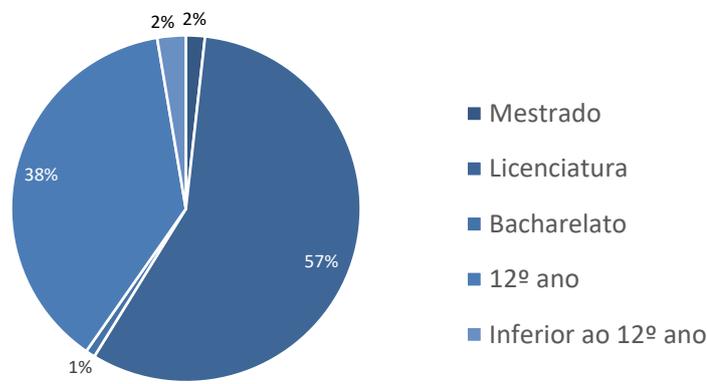
Destes 68 elementos efetivos, 17 têm formação em Direito (26%), 11 em Economia (17%), 9 em Engenharia Civil (14%), sendo os 28 restantes formados noutras áreas.

O quadro de pessoal IMPIC, I.P. conta ainda com 35 colaboradoras e 8 colaboradores com o 12.º ano de escolaridade, bem como 2 colaboradoras e 1 colaborador com habilitações inferiores ao 12.º ano.

Índice de Tecnicidade

O Índice de Tecnicidade (sentido estrito), conceito que procura medir o relevo das pessoas dotadas de habilitações técnicas no universo dos elementos efetivos, foi, em 2023, de 60%.

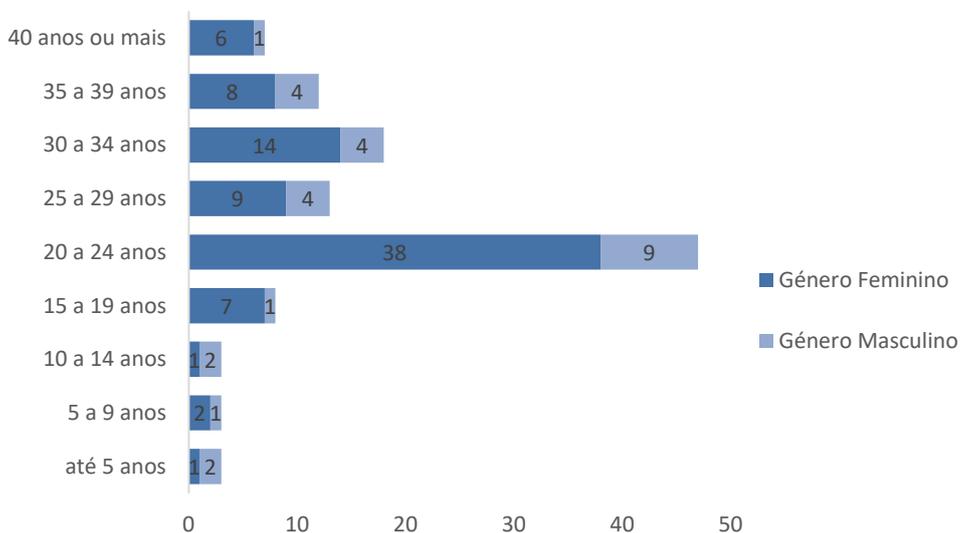
Gráfico 14 – Distribuição dos Elementos Efetivos por Grau Académico



Estrutura de Antiguidade na Administração Pública

O nível médio de antiguidade na Administração Pública dos trabalhadores/as do IMPIC, I.P., em 31 de dezembro de 2023, era de 25 anos, destacando-se o grupo com antiguidade de 20 a 24 anos, composto por 38 colaboradoras e 9 colaboradores, que representam cerca de 41% do total de elementos efetivos.

Gráfico 15 – Distribuição dos/as colaboradores/as segundo o nível de antiguidade



Formação Profissional

A formação profissional tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na qualificação e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as, proporcionando-lhes formas e meios para a aquisição dos conhecimentos necessários às exigências atuais.

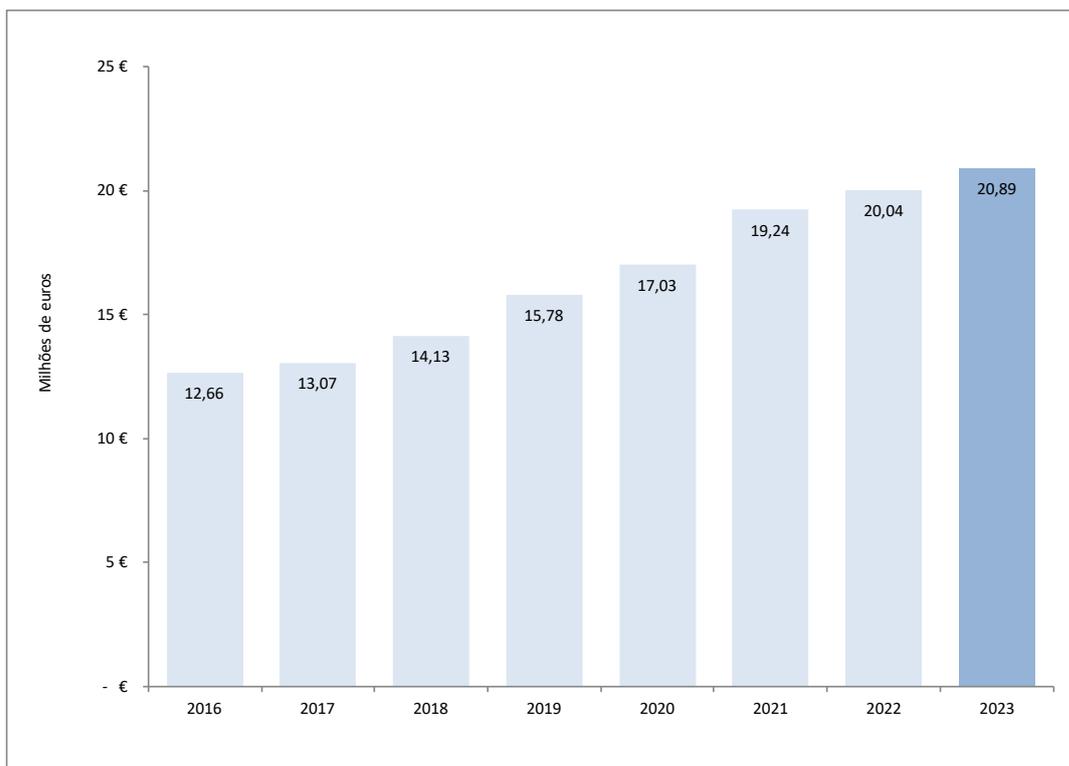
Durante o ano 2023 foram concretizadas 24 ações de formação, traduzindo-se numa taxa de cumprimento do Plano de Formação para 2023, de 65%.

4. Análise Económica e Financeira

4.1 Análise da Receita na Ótica Orçamental

A receita total arrecadada em 2023 atingiu o valor de 20.890.830 €, o que representou um acréscimo de 4,3% em relação ao ano de 2022. A receita arrecadada em 2023 foi a mais elevada dos últimos anos que se encontram em apreciação, ultrapassando tal como em 2022 os 20 milhões de euros.

Gráfico 16 – Evolução das Receitas Orçamentais (2016 a 2023)



Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da receita corresponde à Receita Efetiva (não inclui o saldo apurado na gerência anterior nem Operações de Tesouraria, nem Receita Não Efetiva).

O maior volume de receita foi obtido nas Taxas, Multas e Outras penalidades, que representam cerca de 99,8% do total da receita arrecadada pelo Instituto. Esta rubrica apresenta um incremento de 901.643 € face a 2022, ou seja, um crescimento de 4,5% essencialmente resultante do aumento generalizado nos valores recebidos com taxas dos setores da construção e do imobiliário.

Tabela 3 – Receitas Orçamentais (2023/2022)

em Euros

	2023	2022	% Var. 2023/2022
Taxas, Multas e Outras Penalidades	20 839 290	19 937 647	4,5%
Taxas	20 622 453	19 581 641	5,3%
Coimas e Custas	216 837	356 007	-39,1%
Rendimentos de Propriedade	12 500	0	-
Transferências Correntes	1 750	0	-
Transferências União Europeia	1 750	0	-
Transferências de Capital	18 857	76 941	-75,5%
Transferências União Europeia	18 857	76 941	-75,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	18 077	23 351	-22,6%
Serviços - Outros	18 077	23 351	-22,6%
Reposições não abatidas nos pagamentos	356	157	0
Total da Receita	20 890 830	20 038 096	4,3%

Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da receita corresponde à Receita Efetiva (não inclui o saldo apurado na gerência anterior nem Operações de Tesouraria, nem Receita Não Efetiva).

A execução orçamental da receita em 2023, foi de 114% face à previsão corrigida. Para este resultado, contribuiu essencialmente a elevada execução da receita de Taxas, Multas e Outras penalidades.

Tabela 4 – Execução do Orçamento da Receita (2023)

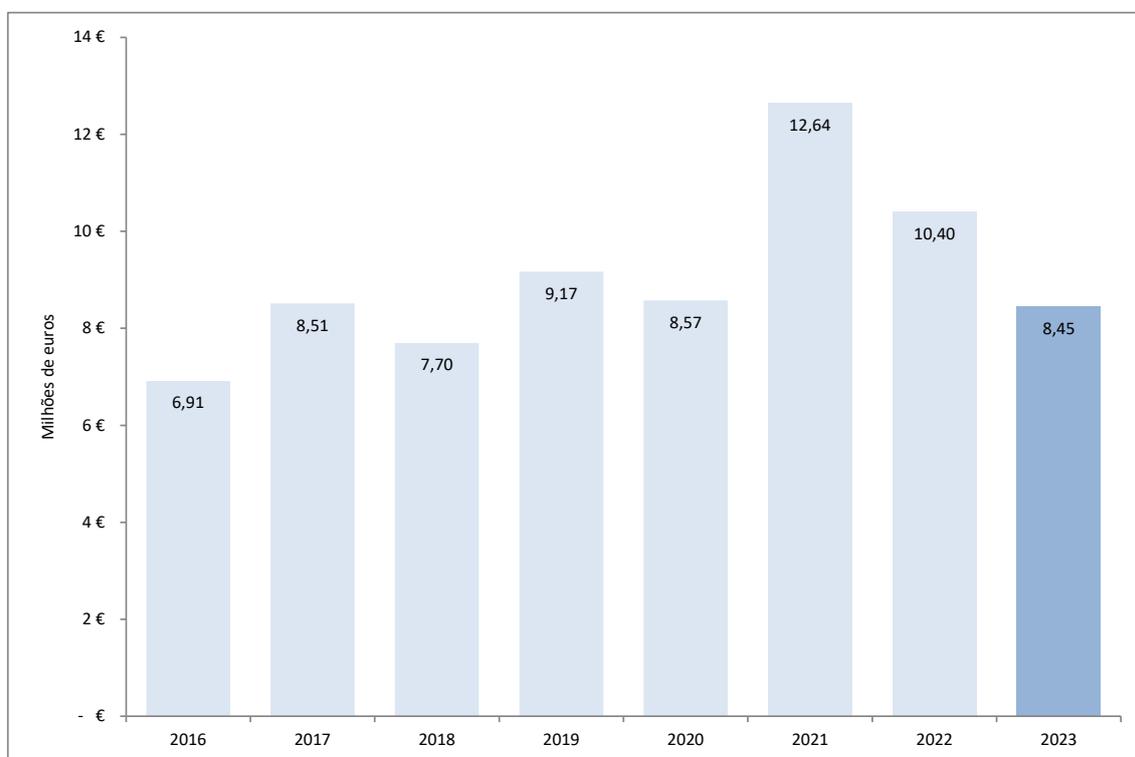
	Orçamento Aprovado	Previsões Corrigidas	Receita	Execução Orçamental
Taxas, Multas e Outras Penalidades	13 755 401	18 025 783	20 839 290	115,6%
Taxas (FF 513 - Receitas Próprias)	13 354 067	17 624 449	20 622 453	117,0%
Taxas (FF 361)	307 500	307 500	0	0,0%
Juros e Coimas	93 834	93 834	216 837	231,1%
Rendimentos de Propriedade	0	0	12 500	-
Transferências Correntes	207 000	274 160	1 750	0,6%
Transferências União Europeia (FF 411)	200 000	267 160	1 750	0,7%
Transferências União Europeia (FF 482)	7 000	7 000	0	0,0%
Transferências de Capital	100 000	100 000	18 857	18,9%
Transferências União Europeia (FF 411)	100 000	100 000	18 857	18,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 200	4 200	18 077	430,4%
Serviços - Outros	4 200	4 200	18 077	430,4%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	356	-
Total da Receita	14 066 601	18 404 143	20 890 830	114%

Nota: Os valores apresentados não incluem o saldo apurado na gerência anterior nem Operações de Tesouraria nem Receita Não Efetiva.

4.2 Análise da Despesa na Ótica Orçamental

A redução da despesa em 2023 no montante de 1.953.103 € decorre da forte redução das Transferências Correntes (2.846.731 €) que acomodou inclusivamente o incremento das remanescentes despesas.

Gráfico 17 – Evolução das Despesas Orçamentais (2016 a 2023)



Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da despesa corresponde à Despesa Efetiva (não inclui despesa não efetiva nem Operações de Tesouraria).

A redução das Transferências Correntes resulta do facto de no exercício de 2022 ter sido efetuada uma transferência no montante de 3.000.000 para o Metro do Mondego SA determinada pela entidade coordenadora do PO 16 – Infraestruturas e Habitação e aprovada pela Tutela, o que não ocorreu no Exercício de 2023.

Salienta-se ainda que o aumento das Despesas com pessoal resulta da combinação de diversos fatores destacando-se o aumento salarial relevante na função pública, despesas de regularização do posicionamento remuneratório de colaboradores, atualizações remuneratórias no âmbito do SIADAP, impacto relevante do aumento das remunerações nos respetivos encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e incremento do subsídio de refeição.

Tabela 5 – Despesas Orçamentais (2023/2022)

	2023	2022	% Var. 2023/2022
	em Euros		
Despesas com o Pessoal	4 208 189	3 851 733	9,3%
Remunerações certas e permanentes	3 413 202	3 116 814	9,5%
Abonos variáveis ou eventuais	37 542	20 381	84,2%
Segurança Social	757 445	714 538	6,0%
Aquisição de Bens e Serviços	2 532 906	2 218 041	14,2%
Juros e Outros Encargos	0	6	-100,0%
Transferências Correntes	1 209 597	4 056 328	-70,2%
Outras Despesas Correntes	1 224	335	265,7%
Aquisição de Bens de Capital	494 064	272 640	81,2%
Total da Despesa	8 445 980	10 399 083	-18,8%

Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental.

Nota: O total da despesa corresponde à Despesa Efetiva (não inclui despesa não efetiva nem Operações de Tesouraria).

A taxa de execução da despesa no ano de 2023 foi de 59,8%, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Tabela 6 – Execução do Orçamento da Despesa (2023)

	Dotações Corrigidas	Despesa	Execução Orçamental
Despesas com o Pessoal	6 378 376	4 208 189	66,0%
Remunerações certas e permanentes	5 076 629	3 413 202	67,2%
Abonos variáveis ou eventuais	105 520	37 542	35,6%
Segurança Social	1 196 227	757 445	63,3%
Aquisição de Bens e Serviços	4 623 600	2 532 906	54,8%
Juros e Outros Encargos	1 062	0	0,0%
Transferências Correntes	1 242 092	1 209 597	97,4%
Outras Despesas Correntes	345 491	1 224	0,4%
Aquisição de Bens de Capital	1 543 140	494 064	32,0%
Total da Despesa	14 133 761	8 445 980	59,8%

Fonte: Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental

Nota: Os valores apresentados não incluem despesa não efetiva nem Operações de Tesouraria.

4.3 Situação Económica na Ótica do SNC-AP

No exercício de 2023 o IMPIC, I.P. obteve um Resultado Líquido de 12.935.587 €, 31,9% superior ao do exercício de 2022.

O incremento ocorrido no Resultado Líquido do Exercício de 2023 resulta predominantemente do aumento da rubrica de Rendimentos com "Impostos, Contribuições e Taxas" e da forte redução da rubrica de "Outros Gastos" no montante de 2.723.148 €.

Tabela 7 – Rendimentos e Gastos (2023/2022)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		% Var. 2023/2022	€ Var. 2023/2022
	2023	2022		
Impostos, contribuições e taxas	21 690 119	20 472 255	5,9%	1 217 864
Transferências e subsídios obtidos	39 737	0	-	39 737
Fornecimentos e serviços externos	-2 523 733	-2 308 519	9,3%	(215 214)
Gastos com pessoal	-4 340 192	-3 882 305	11,8%	(457 888)
Transferências e subsídios concedidos	-1 171 107	-1 056 328	10,9%	(114 779)
Prestações sociais	-14 990	-15 664	-4,3%	673
Provisões (aumentos/reduções)		0	-	0
Outros rendimentos	47 688	100 729	-52,7%	(53 040)
Outros gastos	-421 777	-3 144 924	-86,6%	2 723 148
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	13 305 745	10 165 244	30,9%	3 140 501
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-382 657	-354 569	7,9%	(28 089)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	12 923 087	9 810 676	31,7%	3 112 412
Juros e rendimentos similares obtidos	12 500			
Juros e gastos similares suportados		-6	-100,0%	6
Resultado antes de impostos	12 935 587	9 810 670	31,9%	3 124 918
Impostos sobre o rendimento do exercício	0	0	-	-
Resultado líquido do exercício	12 935 587	9 810 670	31,9%	3 124 918

A evolução das rubricas de Impostos, Contribuições e Taxas e Fornecimentos e Outros Gastos encontram-se explicitadas nas ilustrações seguintes.

Tabela 8 – Rendimento por tipo de atividade (2023/2022)

Rendimento por Tipo de Atividade	31/12/2023	31/12/2022	% Var. 2023/2022	€ Var. 2023/2022
Taxas do Setor da Construção:				
Alvarás	15 782 319	15 607 666	1,1%	174 653
Certificados	1 468 249	1 362 816	7,7%	105 433
Certidões da Construção	452	652	-30,7%	(200)
Taxas Iniciais	580 050	558 150	3,9%	21 900
Outras taxas	227 039	139 691	62,5%	87 348
Taxas do Setor do Imobiliário:				
Licenças Mediação	2 661 032	2 478 433	7,4%	182 599
Outras Taxas	40 000	28 656	-	11 344
Coimas, custas e multas	930 978	296 191	214,3%	634 787
Total de Impostos, Contribuições e Taxas	21 690 119	20 472 255	5,9%	1 217 864

No presente exercício destaca-se o aumento generalizado dos Rendimentos das diversas Taxas do Setor da Construção e do Setor do Imobiliário.

O sector da construção mantém-se como basilar nos rendimentos do Instituto, apesar do crescimento assinalável que setor do imobiliário tem vindo a apresentar.

Tabela 9 – Outros Gastos (2023/2022)

Outros Gastos	31/12/2023	31/12/2022	% Var. 2023/2022	€ Var. 2023/2022
Transferência para Metro Mondego SA	0	3 000 000	-100,0%	(3 000 000)
Outros gastos	421 777	144 924	191,0%	276 853
Total	421 777	3 144 924	-86,6%	(2 723 148)

No exercício de 2022 foi efetuada uma transferência no montante de 3.000.000 € para o Metro do Mondego SA. Esta transferência foi acompanhada pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito das suas competências enquanto entidade coordenadora do PO 16 – Infraestruturas e Habitação, e aprovada pela Tutela do IMPIC, através da respetiva abertura de crédito especial para o efeito no Instituto e em resultado de constrangimentos orçamentais da entidade mencionada. No Exercício de 2023, ao contrário do que tem sucedido em exercícios anteriores, não ocorreram transferências desta natureza, tendo o Resultado Líquido beneficiado positivamente deste facto.

4.4 Situação Financeira

O Instituto tem vindo a reforçar o seu Património Líquido através de resultados líquidos positivos nos diversos exercícios.

Tabela 10 – Estrutura Financeira (2017 a 2023)

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Total do Activo	100%						
Ativo Não Corrente	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%
Ativo Corrente	100%	100%	99%	99%	99%	99%	99%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	100%						
Património Líquido	96%	95%	94%	93%	92%	91%	89%
Passivo	4%	5%	6%	7%	8%	9%	11%

Em 2023, o Ativo do IMPIC, I.P. apresentou a seguinte composição:

Tabela 11 – Ativo

RUBRICAS	SNC-AP 31/12/2023	SNC-AP 31/12/2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	54 493	60 026
Ativos intangíveis	285 838	260 297
	340 332	320 322
Ativo corrente		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	55 175	0
Clientes, contribuintes e utentes	6 041 984	5 623 923
Diferimentos	102 679	93 729
Outros ativos financeiros	66 587 858	50 000 000
Caixa e depósitos	8 344 250	12 487 257
	81 131 945	68 204 909
Total do Ativo	81 472 276	68 525 232

No exercício de 2023 verificou-se um aumento de cerca de 12,9 milhões de euros no Total do Ativo relativamente ao exercício de 2022 essencialmente justificado pelo incremento global das disponibilidades financeiras registadas nas rubricas de Outros ativos financeiros (66.587.858 €) e Caixa e Depósitos (8.344.250 €). Em 29/12/2023 foi efetuada uma aplicação financeira junto do IGCP no montante de 66.587.858 € em CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo cujo vencimento ocorreu em 02/01/2024. Considerando as disponibilidades financeiras globais registadas nas rubricas mencionadas, no exercício de 2023 o IMPIC possui 74.932.107 € enquanto no exercício de 2022 detinha 62.487.257 €. No ativo não corrente destacam-se os ativos intangíveis, rubrica na qual estão registados os sistemas informáticos e os desenvolvimentos das aplicações informáticas associadas às diversas atribuições e competências do Instituto, amortizados considerando uma vida útil estimada de 3 anos.

Tabela 12 – Património Líquido e Passivo

RUBRICAS	SNC-AP 31/12/2023	SNC-AP 31/12/2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	11 408 184	11 408 184
Resultados transitados	53 526 090	43 715 421
Outras Variações no Património Líquido	0	25 345
Resultado líquido do período	12 935 587	9 810 670
Total do Património Líquido	77 869 861	64 959 619
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	80 668	80 668
Outras contas a pagar	83 933	83 933
	164 601	164 601
Passivo corrente		
Fornecedores	3 782	-2 080
Estado e outros entes públicos	2 567 094	2 513 909
Fornecedores de investimentos	2 066	2 066
Outras contas a pagar	849 435	887 116
Diferimentos	15 437	0
	3 437 814	3 401 012
Total do Passivo	3 602 415	3 565 613
Total do Património Líquido e Passivo	81 472 276	68 525 232

Destaca-se o reforço do Património Líquido no montante de cerca de 12,9 milhões de euros, com o Resultado Líquido do Exercício de 2023 a ascender a 12.935.587 €.

O Património Líquido em 31/12/2023 ascende 77,9 milhões de euros (31/12/2022: 65 milhões de euros).

A autonomia financeira cresce para 96% no exercício de 2023 (2022: 95%).

Em conclusão, o IMPIC, I.P. apresenta uma situação financeira extremamente sólida, com elevado predomínio de fundos próprios decorrentes de uma atividade operacional que permite a criação sustentada de resultados líquidos positivos.

5. Contabilidade de Gestão

Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários. O sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na nota 21 – Relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25 – Relato por Segmentos. Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Instituto.

6. Eventos Subsequentes

Não se verificaram, desde o final do exercício de 2023 e até à data deste relatório, eventos que alterem significativamente a atividade do Instituto ou a informação contida neste documento.

7. Perspetivas Futuras

Com a elaboração do Relatório e Contas – 2023 e a apresentação no Tribunal de Contas da respetiva Conta de Gerência, concluímos as três peças fundamentais respeitantes ao Exercício de 2023: Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Relatório e Contas.

Durante o ano de 2023, continuou a verificar-se um crescimento na atividade do IMPIC, I.P., com um aumento das receitas nas áreas da construção e mediação imobiliária.

No Exercício de 2024, prevê-se uma manutenção das receitas acima dos 20 milhões de euros e resultados positivos similares aos dos exercícios anteriores, mantendo-se uma elevada autonomia financeira do Instituto.

Lisboa, 1 de julho de 2024

O Conselho Diretivo



Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

8. Demonstrações Financeiras

8.1 Balanço

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2023	SNC-AP 31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	54 493	60 026
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	285 838	260 297
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		340 332	320 322
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18, 25.5	55 175	
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18	6 041 984	5 623 923
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber			
Diferimentos	23	102 679	93 729
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros	18	66 587 858	50 000 000
Caixa e depósitos	1.2 e)	8 344 250	12 487 257
		81 131 945	68 204 909
Total do Ativo		81 472 276	68 525 232
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		11 408 184	11 408 184
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	25.6	53 526 090	43 715 421
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	25.5	0	25 345
Resultado líquido do período		12 935 587	9 810 670
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		77 869 861	64 959 619

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2023	SNC-AP 31/12/2022
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	80 668	80 668
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	24	83 933	83 933
		164 601	164 601
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	18	3 782	-2 080
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	2 567 094	2 513 909
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	18	2 066	2 066
Outras contas a pagar	24	849 435	887 116
Diferimentos	25.5	15 437	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		3 437 814	3 401 012
Total do Passivo		3 602 415	3 565 613
Total do Património Líquido e Passivo		81 472 276	68 525 232

O Conselho Diretivo



Fernando Batista
Presidente



Pedro Guedes Pinto
(Vogal)



Sandra Simões
(Vogal)

8.2 Demonstrações de Resultados Por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	13, 14	21 690 119	20 472 255
Vendas			
Prestação de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos	25.5	39 737	
Rendimentos/ Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	25.1	-2 523 733	-2 308 519
Gastos com pessoal	25.2	-4 340 192	-3 882 305
Transferências e subsídios concedidos	25.3	-1 171 107	-1 056 328
Prestações sociais		-14 990	-15 664
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos de justo valor			
Outros rendimentos	25.7	47 688	100 729
Outros gastos	25.4	-421 777	-3 144 924
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		13 305 745	10 165 244
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5	-382 657	-354 569
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		12 923 087	9 810 676
Juros e rendimentos similares obtidos		12 500	0
Juros e gastos similares suportados		0	-6
Resultado antes de impostos		12 935 587	9 810 670
Impostos sobre o rendimento do exercício		0	0
Resultado líquido do exercício		12 935 587	9 810 670

O Conselho Diretivo



Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

8.3 Demonstrações das alterações do património líquido

Valores em Euros €

Descrição	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do património líquido da entidade-mãe										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumento de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período	(1)	11 408 183,78	-	-	-	-	43 715 420,52	-	-	25 345,05	9 810 668,75	64 939 618,10	-	64 939 618,10
Alterações no período														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(25 345,05)	(25 345,05)	-	(25 345,05)	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	-	-	-	9 810 668,75	-	-	-	(9 810 668,75)	-	-	
	(2)	-	-	-	-	-	9 810 668,75	-	-	(25 345,05)	(9 810 668,75)	(25 345,05)	-	(25 345,05)
Resultado líquido do período	(3)										12 935 587,35	12 935 587,35	-	12 935 587,35
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										3 124 917,60	12 910 242,30	-	12 910 242,30
Operações com detentores de capital no período														
Subscrições de capital/património		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para coberturas de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	11 408 183,78	-	-	-	-	53 526 090,27	-	-	-	12 935 587,35	77 969 861,40	-	77 969 861,40

O Conselho Diretivo



Fernando Batista
Presidente



Pedro Guedes Pinto
(Vogal)



Sandra Simões
(Vogal)

8.4 Demonstrações dos fluxos de caixa

Rúbricas	NOTAS	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		20 857 367	19 960 998
Pagamentos a fornecedores		-2 532 906	-2 218 041
Pagamentos ao pessoal		-4 208 189	-3 851 733
Caixa gerada pelas operações		14 116 272	13 891 224
Outros recebimentos/pagamentos		-1 300 113	-4 011 282
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		12 816 160	9 879 941
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-51 212	-9 340
Pagamentos - Ativos intangíveis		-351 454	-183 236
Pagamentos - Investimentos financeiros		0	0
Pagamentos - Outros ativos (CEDIC)		-66 587 858	-50 000 000
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0	0
Recebimentos - Ativos intangíveis		0	0
Recebimentos - Investimentos financeiros		0	0
Recebimentos - Outros ativos (CEDIC)		50 000 000	0
Recebimentos - Subsídios ao investimento		18 857	76 941
Recebimentos - Transferências de capital		0	0
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		12 500	0
Recebimentos - Dividendos		0	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-16 959 167	-50 115 635
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0	0
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0	0
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0	0
Recebimentos - Doações		0	0
Recebimentos - Outros Ativos		0	0
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos - Juros e gastos similares		0	-6
Pagamentos - Dividendos		0	0
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0	0
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0	-6
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-4 143 007	-40 235 700
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	1.2 e)	12 487 257	52 722 957
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2 e)	8 344 250	12 487 257

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período	1.2 e)	12 487 257	52 722 957
Variações cambiais de caixa no início do período		0	0
Saldo da gerência anterior (SGA)		12 487 257	52 722 957
SGA De execução orçamental		12 317 474	52 678 462
SGA De operações de tesouraria		169 783	44 496
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período	1.2 e)	8 344 250	12 487 257
Variações cambiais de caixa no fim do período		0	0
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8 344 250	12 487 257
SGS De execução orçamental		8 174 467	12 317 474
SGS De operações de tesouraria		169 783	169 783

O Conselho Diretivo



Fernando Batista
Presidente



Pedro Guedes Pinto
(Vogal)



Sandra Simões
(Vogal)

8.5 Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Endereço: Avenida Júlio Dinis, 11, 1069-010 Lisboa

Código da classificação orgânica:

Secção (1) Capítulo (03) Divisão (02) Subdivisão (00) Programa (018) Medida (063)

Tutela: Ministério das Infraestruturas e Habitação

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

O IMPIC, I.P. é um organismo central com sede em Lisboa, Avenida Júlio Dinis, n.º 11 e com jurisdição sobre todo o território nacional.

A missão e atribuições do IMPIC, I.P. são as definidas no Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro que renovou as atribuições e competências que o instituto já detinha na área da construção e do imobiliário, e veio consolidar atribuições e competências na esfera da contratação pública.

Pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019 de 3 de dezembro que estabeleceu a Orgânica e o funcionamento do XXII Governo Constitucional., o IMPIC, I.P. ficou na tutela e superintendência do Ministro das infraestruturas e da Habitação, a qual foi delegada no Secretário de Estado das Infraestruturas, através do Despacho n.º 819/2020 n.º 2 i a), desde 21 de janeiro.

A partir de 30-03-2022, conforme Decreto-Lei 32/2022, de 9 de maio, que aprovou o regime da organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional, o IMPIC passou para a dependência do Ministro das Infraestruturas e Habitação, com as competências delegadas na Secretária de Estado da Habitação, desde 21 de Junho de 2022, conforme Despacho 8871/2022, de 20-07, n.º 2 a) ii).

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, bem como a aplicação das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As notas 23, 24 e 25 foram criadas para permitir uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras.

Contabilidade de Gestão:

Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta dos recursos necessários. O sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na Nota 21 – Relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25 – Relato por Segmentos. Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Instituto.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com o exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Não existem reclassificações de itens nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como se segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Caixa:		
Caixa	273	151
Depósitos Bancários:		
H.B Despesa	664 859	105 747
H.B Receita	7 398 171	11 998 452
Construção	275 741	381 319
Mediação Imobiliária	5 205	1 588
Total Caixa e depósitos	8 344 250	12 487 257

Os depósitos bancários encontram-se na sua totalidade no IGCP.

2. Principais políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Apresentam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e a mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Políticas Contabilísticas Relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com a manutenção e reparação são registados como gastos no exercício em que decorrem.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As vidas úteis e os métodos de depreciação são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis da Entidade estão registados ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador complementar 2 — Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Loações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado;
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

A Entidade classifica e mensura ao custo ou custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- a) Clientes, contribuintes e utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, contribuintes e utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

- b) Caixa e depósitos

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são registadas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada ano de relato, é determinada tendo em atenção os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os Passivos contingentes correspondem a uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da Entidade ou a uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados para a qual não é provável que seja exigido uma saída de recursos ou se a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados no Anexo, não sendo apresentados no Balanço da Entidade pois não cumprem os critérios de registo de Provisões.

Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade deve divulgar um ativo contingente. Os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se se tornar praticamente certo de que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá

e o valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade, o ativo e o rendimento relacionado devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorre.

Especialização dos Exercícios

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Rendimentos de Transações com e sem contraprestação

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade.

As transações sem contraprestação são transações que não sejam transações com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação com contraprestação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício e bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se:

- (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que exista grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações; e
- (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativa.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP

No presente exercício não ocorreu a aplicação inicial de uma NCP.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa neste enquadramento a curto

prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo exercício.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações significativas em estimativas contabilísticas.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais de períodos anteriores.

3. Ativos intangíveis

Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Programas de computador e sistemas de informação	5 311 317	5 051 050	0	260 268	5 662 771	5 376 933	0	285 838
Propriedade industrial e intelectual	1 762 309	1 762 280	0	29	1 762 309	1 762 309	0	0
Em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7 073 626	6 813 329	0	260 297	7 425 080	7 139 242	0	285 838

Quantia escriturada e variações do período:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Regularizações	Amortizações do período	Reversões Amortizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS						
Programas de computador e sistemas de informação	260 268	351 454	0	-325 884	0	285 838
Propriedade industrial e intelectual	29	0	0	-29	0	0
Em curso	0	0	0	0	0	0
Total	260 297	351 454	0	-325 913	0	285 838

Adições:

RUBRICAS	Adições	
	Compra	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS		
Programas de computador e sistemas de informação	351 454	351 454
Propriedade industrial e intelectual	0	0
Em curso	0	0
Total	351 454	351 454

Nas adições à rubrica de programas de computador e sistemas de informação destacam-se os diversos desenvolvimentos informáticos no Portal dos Contratos Públicos do IMPIC.

5. Ativos fixos tangíveis

Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas:

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento básico	1 191 872	1 184 533	0	7 339	1 227 072	1 206 058	0	21 014
Equipamento administrativo	1 692 173	1 646 021	0	46 153	1 708 185	1 681 241	0	26 945
Outros	70 222	63 688	0	6 534	70 222	63 688	0	6 534
Total	2 954 267	2 894 242	0	60 026	3 005 480	2 950 987	0	54 493

Quantia escriturada e variações do período:

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Variações		Quantia escriturada Final
		Adições	Depreciações do período	
Equipamento básico	7 339	35 201	-21 525	21 014
Equipamento administrativo	46 153	16 012	-35 220	26 945
Outros	6 534	0	0	6 534
Total	60 026	51 212	-56 745	54 493

Adições:

RUBRICAS	Adições	
	Compra	Total
Equipamento básico	35 201	35 201
Equipamento administrativo	16 012	16 012
Outros	0	0
Total	51 212	51 212

Nas adições ao equipamento básico destaca-se a aquisição de computadores portáteis. Relativamente ao equipamento administrativo destaca-se a aquisição de cadeiras giratórias com braços.

Depreciações de ativos fixos tangíveis:

RUBRICAS	Depreciações do Período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros bens
Equipamento básico	21 525	0
Equipamento administrativo	35 220	0
Outros	0	0
Total	56 745	0

6. Locações

O Instituto não possui locações financeiras.

As locações operacionais mais relevantes correspondem às locações de Instalações sendo o valor registado no presente exercício em Rendas e Alugueres de 1.238.929 € (2022: 1.218.539 €).

Nestas locações de Instalações destaca-se o aluguer das instalações da sede do Instituto na Avenida Júlio Dinis cujo locatário é a Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., ascendendo os respetivos gastos no exercício a 1.143.767 €.

As remanescentes locações operacionais correspondem essencialmente ao aluguer de viaturas ascendendo o respetivo valor registado em Rendas e Alugueres a 30.779 €.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Rendimento	31/12/2023	31/12/2022
<u>Construção:</u>		
Alvarás	15 782 319	15 607 666
Certificados	1 468 249	1 362 816
Certidões da Construção	452	652
Taxas Iniciais	580 050	558 150
Outras taxas	227 039	139 691
<u>Imobiliário:</u>		
Licenças Mediação	2 661 032	2 478 433
<u>Outros:</u>		
Outras Taxas	40 000	28 656
Taxas	20 759 141	20 176 064

No presente exercício verifica-se um aumento de cerca de 2,9% nos Rendimentos com Taxas através de crescimentos quer na atividade de construção (2,2%) como na atividade de mediação (5,4%).

Em termos de aumentos de valor destaca-se o incremento dos rendimentos provenientes da atividade de construção, que se mantém como a atividade basilar do Instituto ao nível dos Rendimentos com Taxas.

Os montantes reportados em “Rendimentos de transações com contraprestação” em conjunto com os “Rendimentos de transações sem contraprestação” reportados na nota 14, perfazem o valor total da rubrica “Impostos, contribuições e taxas” apresentada na Demonstração dos Resultados.

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Rendimento	31/12/2023	31/12/2022
Construção	699 915	205 668
Mediação Imobiliária	20 521	6 750
Contratos Públicos	55 528	33 878
Branqueamento de Capitais	121 933	22 245
Administração de Condomínios	610	600
Custas	32 471	27 050
Juros	0	0
Multas e outras penalidades	930 978	296 191

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Movimentos nas rubricas de Provisões:

Provisões	Saldo Inicial 01/01/2023	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final 31/12/2023
Processos judiciais em curso	80 668	0	0	0	80 668
Total	80 668	0	0	0	80 668

Detalhe dos processos judiciais em curso:

Identificação do Processo	Autor	Réu	Valor	Estado do Processo	Risco
Proc. 647/18.9BELSB - Ação administrativa na Unidade Orgânica 2, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	EVERIS CENTERS GROUP, S.L.U.	IMPIC	193.886 €	- O valor do pedido contra o IMPIC é de 193.886,28 €. - O IMPIC deduziu um pedido reconvenicional contra a EVERIS no montante de 118.800 € - Quer a ação quer a reconvenção estão dependentes da qualidade da prova apresentada pelas partes. - O Processo aguarda julgamento previsto para setembro de 2024	74.968 €
CM Lisboa - Ruído (PCO 102/R/2010)	CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	IMPIC	30.000 €	- Processo emergente de auto de contraordenação por infração à Lei do Ruído	1.000 €
Processo Judicial em curso	CASCAISPROXIMA	IMPIC	1.000 €	- Processo Judicial em curso	1.000 €
Processo 2081/10.0BELSB - Tribunal Central Administrativo do Sul - Secção de Contencioso Administrativo	GIATUL	IMPIC	30.000 €	- Aguarda-se que seja proferido acórdão no recurso jurisdicional. Os riscos estimados resumem-se ao decaimento em custas.	2.200 €
Processo 2136/19.5BELSB - Ação administrativa na Unidade Orgânica 1, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa	IMPIC	CONSTRULINK - Tecnologias de Informação, SA	30.000 €	- Aguarda-se impulso do cliente quanto a novas diligências a requerer no processo. O risco corresponde ao decaimento em custas estimadas em 1.500€	1.500 €
Total					80.668 €

O Instituto registou Provisões para os processos judiciais em curso no montante de 80.668€ que corresponde aos riscos estimados com os processos descritos no quadro apresentado, com base na informação recebida dos advogados que patrocinam os mesmos e na avaliação da Direção Jurídica do IMPIC, de acordo com as políticas contabilísticas definidas na nota 2.2 Políticas Contabilísticas Relevantes.

No presente exercício não ocorreram desenvolvimentos relevantes nos processos judiciais em curso, mantendo-se consequentemente os riscos transitados do exercício anterior.

Os valores das ações judiciais divulgados no quadro em cima que não estão cobertos por provisões constituem os passivos contingentes do Instituto.

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se verificaram, desde o final do exercício de 2023 e até à data deste relatório, eventos que alterem significativamente a atividade do Instituto ou a informação contida neste documento.

18. Ativos e Passivos Financeiros

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Devedores por subsídios não reembolsáveis	55 175	0	55 175	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	6 041 984	0	6 041 984	5 623 923	0	5 623 923
Outros devedores	0	0	0	0	0	0
Caixa	273	0	273	151	0	151
Depósitos bancários	8 343 977	0	8 343 977	12 487 106	0	12 487 106
Outros Ativos Financeiros	66 587 858	0	66 587 858	50 000 000	0	50 000 000
PASSIVOS FINANCEIROS						
Financiamentos bancários	0	0	0	0	0	0
Fornecedores	3 782	0	3 782	-2 080	0	-2 080
Estado e outros entes públicos	2 567 094	0	2 567 094	2 513 909	0	2 513 909
Fornecedores de investimentos	2 066	0	2 066	2 066	0	2 066
Outros credores	335 722	0	335 722	335 722	0	335 722

Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros:

Devedores por Subsídios não Reembolsáveis

Ver Nota 25.5

Caixa e Depósitos Bancários

Ver Nota 1.2 e)

Outros Ativos financeiros

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Outros Ativos Financeiros		
Certificados Especiais de Dívidas de Curto Prazo	66 587 858	50 000 000
Total	66 587 858	50 000 000

CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo:

Em 15/12/2022 foi efetuada uma aplicação financeira junto do IGCP no montante de 50.000.000 € em CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo cujo vencimento ocorreu em 02/01/2023.

Em 29/12/2023 foi efetuada uma aplicação financeira junto do IGCP no montante de 66.587.858 € em CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo cujo vencimento ocorreu em 02/01/2024.

As referidas aplicações foram devidamente monitorizadas pela Tutela e DGO.

Decomposição dos Clientes, contribuintes e utentes:

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
Clientes Construção	447 839	644 320
Clientes Mediação/Angariação	776 008	773 658
Clientes Impressos	4 611	4 611
Coimas e Custas	4 813 526	4 201 334
Clientes, contribuintes e utentes	6 041 984	5 623 923

Decomposição do Estado e outros entes públicos:

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 179	612
Entrega 60% Coimas	2 480 491	2 480 491
Caixa Geral de Aposentações	41 844	0
Segurança Social	43 580	32 806
Estado e outros entes públicos	2 567 094	2 513 909

Coimas

De acordo com o n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 158/2012 de 23 de julho e com o n.º 2 do art.º 10.º da Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, que lhe sucedeu, o IMPIC dispõe de diversas receitas próprias. A receita das coimas é definida na alínea b), sendo receita do instituto

“O produto de 40 % do valor das coimas aplicadas pelo IMPIC, I. P., (...) cabendo ao Estado a parte restante das coimas cobradas;”.

Não obstante a legislação supracitada referir que se deve entregar ao Estado 60% das coimas cobradas, com a emissão das guias de receita de coimas, parte do valor é registado em rendimentos (40%) e a restante parte na conta Estado e outros entes públicos (60%), ambos por contrapartida da rúbrica de clientes.

O saldo elevado que se verifica nas rubricas de Clientes e Estado em questão, resulta ainda do facto de se considerar em conta corrente todas as guias em situação de “Executada” ou “Impugnada”, cuja cobrança, quando chega a existir, dilui-se no tempo. Entretanto, e na verdade, o facto de aparecer no balanço como dívida ao Estado o valor de 2.480.491 € não representa uma dívida efetiva uma vez que o valor da coima ainda não foi recebido.

Note-se que a partir do Exercício de 2022 inclusive por constrangimentos no sistema informático têm existido dificuldades na repartição das Coimas entre Rendimentos (40%) e Estado e outros entes públicos (60%), razão pela qual o valor relevado em 31/12/2023 e 31/12/2022 na rúbrica de Estado é análogo (2.480.491 €).

Caixa Geral de Aposentações

O valor em 31/12/2022 relativo à Caixa Geral de Aposentações é nulo pois o pagamento dos valores apurados no mês de dezembro ainda ocorreu no ano de 2022.

No Exercício de 2023 o valor apurado em dezembro foi liquidado em 2024.

Outros Credores

Ver Nota 24

23. Diferimentos

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
DIFERIMENTOS		
Ativos		
Gastos a reconhecer	102 679	93 729

Na rubrica de Gastos a Reconhecer está registado o valor das rendas referentes a janeiro de 2024 pagas em dezembro de 2023 (relativas à locação das instalações da Sede do Instituto).

24. Outras contas a pagar e a receber

Outras Contas a pagar

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Passivo não corrente:		
Outros credores	83 933	83 933
Total	83 933	83 933
Passivo Corrente:		
Pessoal	-1 380	0
Remunerações a liquidar	559 754	517 540
Outros acréscimos de gastos	39 272	117 788
Outros credores	251 789	251 789
Total	849 435	887 116

Os valores relativos ao “Passivo não-corrente – Outros Credores” dizem respeito a valores a pagar às entidades autuantes e/ou que despoletaram o processo de aplicação de Coimas. Neste caso, 10% do valor da multa aplicada reverte para essas entidades. Estes valores serão liquidados quando as respetivas coimas forem recebidas.

No presente exercício e em exercícios anteriores por constrangimentos no sistema informático não tem sido efetuada esta afetação às entidades autuantes e/ou que despoletaram o processo de aplicação de Coimas.

A rubrica “Remunerações a Liquidar” diz respeito às responsabilidades com férias e subsídio de férias dos colaboradores do Instituto.

A redução da rubrica de “Outros acréscimos de Gastos” resulta essencialmente do facto de no exercício de 2022 estarem especializadas diversas faturas de fornecedores datadas de 2022 que se encontravam em processo de conferência, situação que ocorreu com impacto reduzido no Exercício de 2023. Os valores especializados no Exercício de 2023 dizem respeito a serviços de fornecimento de eletricidade e de consultoria informática.

O montante de 251.789 € registado na rubrica de “Passivo Corrente - Outros Credores” é relativo a valores recebidos no âmbito do projeto SAMA – Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública que nunca foi iniciado uma vez que as sucessivas cativações orçamentais não o permitiram, tendo o Instituto sido notificado da sua extinção em 2021, aguardando instruções sobre a forma de devolução deste montante, o que ainda não ocorreu até à presente data. Este montante está registado no passivo corrente pois pode ser exigido a qualquer momento.

25. Gastos

25.1 Fornecimentos e serviços externos

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
Serviços especializados	726 462	579 325
Energia e fluidos	83 439	55 719
Rendas e alugueres	1 269 708	1 259 711
Comunicação	209 414	184 622
Limpeza, higiene e conforto	128 038	130 762
Outros	106 672	98 381
Total	2 523 733	2 308 519

Em termos globais os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento de cerca de 9% essencialmente relacionada com o incremento da rubrica de Serviços especializados que tem sempre volatilidade associada às necessidades de cada exercício.

Nas “Rendas e Alugueres” destaca-se tal como no exercício anterior a locação operacional das instalações da sede do Instituto na Avenida Júlio Dinis ascendendo os respetivos gastos a 1.143.767 €.

25.2 Gastos com pessoal

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações	3 534 168	3 164 802
Encargos sobre remunerações	784 655	696 715
Outros	21 369	20 788
Total	4 340 192	3 882 305

A 31 de dezembro de 2023, o quadro de pessoal do IMPIC, I.P. era constituído por menos 4 elementos efetivos face ao existente no final de 2022, com um total de 114 colaboradores efetivos (2022: 118 colaboradores).

No entanto, existe um aumento dos Gastos com Pessoal resultante da combinação das seguintes situações:

- Apesar da redução do quadro de pessoal o efeito líquido das entradas e saídas de colaboradores foi residual pois as entradas ocorreram essencialmente no 1º Semestre enquanto as saídas ocorreram essencialmente no 2º Semestre;
- Em 2023 ocorreu um aumento salarial relevante na função pública na ordem dos 5% que foi aplicado no Instituto;
- No exercício de 2023 foram registados gastos de regularização do posicionamento remuneratório de 3 trabalhadores com um impacto de cerca de 82 milhares de euros;
- Ocorreram atualizações remuneratórias no âmbito do SIADAP (sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública);
- No âmbito do projeto de Programa de Estágios mencionado na Nota 25.5 o IMPIC acolheu 4 estagiários cujos respetivos gastos em 2023 ascenderam a cerca de 40 milhares de euros;
- Ocorreu um aumento de remunerações variáveis de cerca de 20 milhares de euros;

- Existe um impacto relevante do aumento das remunerações nos respetivos encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social;
- Ocorreu um forte incremento do subsídio de refeição que em 2022 era de 4,77 € e em 2023 passou para 6,00€.

25.3 Transferências e subsídios concedidos

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		
Transferências correntes concedidas	1 171 107	1 056 328
Total	1 171 107	1 056 328

O montante registado em Transferência Correntes Concedidas refere-se às verbas transferidas para a Autoridade da Concorrência nos termos da legislação em vigor, tal como no exercício anterior.

Os montantes transferidos em 2023 resultaram da aplicação da taxa de 6,25% sobre as receitas líquidas de 2021 enquanto os montantes transferidos em 2022 resultaram da aplicação da taxa de 6,25% sobre as receitas líquidas de 2020.

O incremento das transferências apresentado é resultante do aumento das receitas em 2021 quando comparadas com as de 2020.

25.4 Outros gastos e perdas

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Correções relativas a exercícios anteriores	414 691	145 699
Transferências para o Metro Mondego, SA	0	3 000 000
Transferências para o LNEC, IP	0	0
Outros Gastos	7 086	-775
Total	421 777	3 144 924

O montante registado em Correções relativas a exercícios anteriores no montante de 414.691 € (2022: 145.699 €) resulta das seguintes situações:

- Anulação de taxas do setor da construção de exercícios anteriores no montante de 201.869 € (2022: 95.168 €);
- Anulação de coimas e custas de exercícios anteriores no montante de 83.872 € (2022: 50.531€);
- Anulação de Taxas Iniciais de anos anteriores no montante de 128.925 €;
- Outras correções no montante de 25 €.

No exercício de 2022 foi efetuada uma transferência no montante de 3.000.000 € para o Metro do Mondego SA. Esta transferência foi acompanhada pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito das suas competências enquanto entidade coordenadora do PO 16 – Infraestruturas e Habitação, e aprovada pela Tutela do IMPIC, através da respetiva abertura de crédito especial para o efeito no Instituto e em resultado de constrangimentos orçamentais da entidade mencionada. No Exercício de 2023, ao contrário do que tem sucedido em exercícios anteriores, não ocorreram transferências desta natureza.

25.5 Devedores por Subsídios não Reembolsáveis, Outras Variações no Património Líquido e Outros Rendimentos

Projeto SAMA +IMPIC - Melhoria da competitividade e monitorização do setor da contratação pública através da normalização, integração e interoperabilidade:

Exercício de 2022

No exercício de 2021 o “Projeto SAMA +IMPIC - Melhoria da competitividade e monitorização do setor da contratação pública através da normalização, integração e interoperabilidade”, foi desbloqueado tendo-se recebido subsídios ao investimento no montante de 281.343 € até 31/12/2021 e 76.941 € em 2022.

No exercício de 2022 foram efetuados os seguintes registos contabilísticos:

- Com o reembolso de 76.941 € ocorrido em 2022 o IMPIC recebeu a totalidade dos subsídios ao Investimento afetos ao mencionado projeto, pelo que rúbrica de Devedores por Subsídios não Reembolsáveis foi regularizada em conformidade.
- Reconheceu-se a débito na rúbrica de Outras Variações no Património Líquido por contrapartida da rúbrica de Outros Rendimentos o montante de 63.194 € relativo à comparticipação dos gastos incorridos com as depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados.

Desta forma, o valor líquido da rúbrica de Outras Variações no Património Líquido em 31/12/2022 era de 25.345 €, valor a regularizar em 2023 com finalização das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados deste projeto.

Exercício de 2023

Regularizou-se conforme expectável o montante de 25.345 € por débito na rúbrica de Outras Variações no Património Líquido e crédito da rúbrica de Outros Rendimentos.

Adicionalmente e sem que existisse conhecimento em anos anteriores, em 2023 ocorreu uma verificação técnica por parte da AMA - Agência para a Modernização Administrativa) sobre o funcionamento deste projeto para formalizar o seu encerramento e foram recebidos 18.857 € que tinham sido retidos. Este montante foi registado em Outros Rendimentos.

Investimento TD C19-i07. // “Capacitação da Administração Pública – Formação de Trabalhadores e Gestão do Futuro” // Programa 5. Programa de Estágios // Projeto de investimento n.º 242:

Exercício de 2023

Em 11 de Fevereiro de 2023 foi assinado o respetivo Termo de Aceitação, tendo o IMPIC colocado 4 estagiários cujo valor total de gastos elegíveis ascende a 55.175 €, tendo-se incorrido até 31/12/2023 em gastos elegíveis de 39.737 €.

O reembolso das despesas elegíveis apenas ocorrerá no exercício de 2024.

Nesta conformidade encontram-se registados em 31/12/2023 na rubrica do Ativo - Devedores por Subsídios não reembolsáveis 55.175 €, foram reconhecidos em 2023 Rendimentos na rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos de 39.737 € e estão contabilizados em Diferimentos - Rendimentos a Reconhecer 15.437 €.

25.6 Resultados Transitados

A variação ocorrida na rubrica de Resultados Transitados resulta da aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022 no montante de 9.810.670 €.

25.7 Outros Rendimentos

RUBRICAS	31/12/2023	31/12/2022
Outros Rendimentos		
Outros rendimentos de capital	0	157
Correções relativas a periodos anteriores	3 486	37 277
Imputação de subsídios e transferências para investimento	44 202	63 194
Outros Rendimentos	0	100
Total	47 688	100 729

Conforme mencionado na Nota 25.5 os montantes de 25.345 € e 18.857 € no âmbito do “Projeto SAMA +IMPIC - Melhoria da competitividade e monitorização do setor da contratação pública através da normalização, integração e interoperabilidade” foram registados em Outros Rendimentos (Imputação de Subsídios para Investimento).

9. Demonstrações Orçamentais

9.1 Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recabimentos	Fontes de Financiamento (n)					Total	n-1
		Recitas Próprias	Recitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios		
NA01	Saldo de gestão anterior	11 889 911,31	-	817 985,18	-	188 762,87	12 897 267,11	82 722 987,18
NA01	Operações orçamentais [1]	11 889 911,31	-	817 985,18	-	-	12 817 474,64	82 678 687,82
NA02	Devolução do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-
NA04	Recabimento do saldo devolvido por entidades locais	-	-	-	-	-	-	-
NA03	Operações de tesouraria [2]	-	-	-	-	188 762,87	188 762,87	64 689,34
NA02	Recasita corrente	20 871 618,88	-	-	-	-	20 871 618,88	19 969 987,88
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos directos	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos indirectos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	20 839 290,00	-	-	-	-	20 839 290,00	19 837 647,00
R4	Recebimentos de propriedade	12 100,00	-	-	-	-	12 100,00	-
R5	Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1	Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Esterior - UE	1 750,00	-	-	-	-	1 750,00	-
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	18 078,88	-	-	-	-	18 078,88	28 180,31
R7	Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-
NA05	Recasita de capital	-	-	18 857,27	-	-	18 857,27	78 940,88
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Esterior - UE	-	-	18 857,27	-	-	18 857,27	78 940,88
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reservas de não atribuição aos pagamentos	-	-	335,79	-	-	335,79	116,81
NA06	Recasita efectiva [3]	20 871 618,88	-	19 212,88	-	-	20 890 831,76	20 898 089,89
NA05	Recasita não efectiva [3]	90 000 000,00	-	-	-	-	90 000 000,00	-
R12	Recasita com afecto financeiro	90 000 000,00	-	-	-	-	90 000 000,00	-
R13	Recasita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
NA08	Soma [6] = [1] + [2] + [3]	82 871 928,18	-	618 278,08	-	-	83 209 524,18	72 716 587,21
NA07	Operações de tesouraria [6]	-	-	-	-	271 834,49	271 834,49	88 852,00

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)					Total	n-1
		Recitas Próprias	Recitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios		
DAC1	Despesa corrente	7 910 887,21	-	41 048,76	-	-	7 951 935,97	10 128 440,11
D1	Despesa com pessoal							
D1.1	Remunerações Fixas e Removíveis	3 413 202,05	-	-	-	-	3 413 202,05	3 116 816,12
D1.2	Alíquotas Variáveis ou Bonificações	37 547,84	-	-	-	-	37 547,84	30 987,24
D1.3	Segurança Social	757 648,98	-	-	-	-	757 648,98	716 937,89
D2	Aquisição de bens e serviços	2 530 847,86	-	2 598,27	-	-	2 533 446,13	2 218 047,15
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	6,01
D4	Transferências e subsídios correntes							
D4.1	Transferências correntes							
D4.1.1	Administrações Públicas							
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	1 171 107,00	-	-	-	-	1 171 107,00	4 262 428,00
D4.1.1.3	Segurança Social	-	-	8 684,54	-	-	8 684,54	-
D4.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	4 000,00
D4.1.3	Famílias	-	-	32 045,95	-	-	32 045,95	-
D4.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	1 224,00	-	-	-	-	1 224,00	184,70
DAC2	Despesa de capital	494 040,58	-	-	-	-	494 040,58	272 439,76
D6	Aquisição de bens de capital	494 040,58	-	-	-	-	494 040,58	272 439,76
D7	Transferências e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital							
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
DAC3	Despesa efetiva [2]	8 404 927,80	-	41 048,76	-	-	8 445 976,56	10 399 879,87
DAC4	Despesa não efetiva [3]	66 587 857,69	-	-	-	-	66 587 857,69	52 000 000,00
D9	Despesa com ativos financeiros	66 587 857,69	-	-	-	-	66 587 857,69	50 000 000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
DAC5	Saldo [2] = [3] + [4]	79 942 785,49	-	41 048,76	-	-	79 983 834,25	60 399 879,87
DAC6	Operações de tesouraria [5]	-	-	-	-	271 836,45	271 836,45	206 636,67
DAC6	Saldo para a gestão da liquidez	7 978 739,76	-	188 722,87	-	-	8 167 462,63	12 487 247,11
DAC7	Operações correntes [6] = [4] - [5]	7 978 739,76	-	188 722,87	-	-	8 167 462,63	12 279 610,44
DAC8	Operações de tesouraria [6] = [4] + [5]	-	-	-	-	188 722,87	188 722,87	188 722,87
DAC9	Saldo global [2] - [6]	12 488 888,08	-	(21 889,90)	-	-	12 466 998,18	8 489 012,82
DAC10	Despesa pública	8 655 930,00	-	41 048,76	-	-	8 696 978,76	10 399 879,89
DAC11	Saldo corrente	12 960 749,67	-	(1) 045,76	-	-	12 959 703,91	9 834 154,83
DAC12	Saldo de capital	(394 264,39)	-	18 893,07	-	-	(375 371,32)	(7 96 449,01)
DAC13	Saldo público	12 488 888,08	-	(21 889,90)	-	-	12 466 998,18	9 499 019,83
DAC14	Receita total [1] + [2] + [3]	82 171 529,18	-	436 775,89	-	-	82 608 305,08	12 716 937,21
DAC15	Despesa total [2] + [3]	79 942 785,49	-	41 048,76	-	-	79 983 834,25	60 399 879,87

O Conselho Diretivo



Fernando Batista

Presidente



Pedro Guedes Pinto

(Vogal)



Sandra Simões

(Vogal)

9.2 Demonstração de execução orçamental da receita

Valores em Euros €

Classificação orçamental detalhada	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Recasas por cobrar de períodos anteriores	Recasas liquidadas	Liquidações anuladas	Recasas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Recasas cobradas líquidas			Recasas por cobrar no final período	Liquidações de períodos futuros						
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)	Períodos seguintes		
Recasas Correntes	18 364 143,00	(4 827 282,35)	1 642 596,67	24 024 545,61	2 745 718,33	20 871 641,88						2 259 008,47							
81 - Recasas Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81.1 - Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
81.2 - Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
83 - Taxas, multas e outras penalidades	18 025 783,00	(5 041 600,58)	1 623 967,00	23 976 660,01	2 735 251,43	30 639 315,00	25,00	25,00	212 344,35	20 626 945,65	20 639 290,00	2 228 093,50	-	-	-	-	-	-	-
84 - Rendimentos de propriedade	-	(12 500,00)	-	12 500,00	-	12 500,00	-	-	-	12 500,00	12 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-
85 - Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1 - Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.2 - Estador - UE	274 160,00	272 410,00	-	1 750,00	-	1 750,00	-	-	-	1 750,00	1 750,00	-	-	-	-	-	-	-	-
85.1.3 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
85.2 - Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
86 - Venda de bens e serviços	4 200,00	(45 591,77)	18 631,07	41 627,00	10 426,90	18 076,88	-	-	1 685,48	16 391,40	18 076,88	31 714,88	-	-	-	-	-	-	-
87 - Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recasas de Capital	50 100 000,00	79 467,00	-	50 020 593,00	-	50 019 212,86				50 019 212,86	50 019 212,86	1 388,14							
88 - Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89 - Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1 - Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.3 - Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.2 - Estador - UE	100 000,00	81 142,93	-	18 857,07	-	18 857,07	-	-	-	18 857,07	18 857,07	-	-	-	-	-	-	-	-
89.1.3 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.2 - Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.3 - Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89.3.1 - Reposições não abataidas aos pagamentos	-	(1 735,93)	-	1 735,93	-	355,79	-	-	-	355,79	355,79	1 388,14	-	-	-	-	-	-	-
89.3.2 - Recasas com ativos financeiros	50 000 000,00	-	-	50 000 000,00	-	50 000 000,00	-	-	-	50 000 000,00	50 000 000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
89.3.3 - Recasas com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de período anterior	12 317 476,00	1,56	-	12 317 474,44	-	12 317 474,44				12 317 474,44	12 317 474,44								
801 - Operações Orçamentais (1)	12 317 476,00	1,56	-	12 317 474,44	-	12 317 474,44	-	-	-	12 317 474,44	12 317 474,44	-	-	-	-	-	-	-	-
802 - Devolução do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
803 - Operações de tesouraria (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
804 - Facultamento do saldo devolvido por terceiros entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	80 721 619,00	(4 747 875,79)	1 642 596,67	86 372 613,05	2 745 718,33	83 288 325,18	25,00	25,00	214 029,83	82 994 274,35	83 208 304,16	2 261 188,61							

9.4 Anexo às demonstrações orçamentais

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes mapas financeiros anexados:

- Alterações orçamentais da receita
- Alterações orçamentais da despesa
- Operações de Tesouraria
- Contratação administrativa

Situação dos contratos

Adjudicações por Tipo de procedimento

- Transferências e subsídios

Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios recebidos

O IMPIC, I.P. não possui um Plano Plurianual de Investimentos pelo que não foi preparada a Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Adicionalmente como resultado das limitações do sistema de informação não são registados na sua totalidade compromissos nem obrigações para períodos futuros.

Alterações Orçamentais da Receita

Rubricas	Tipo	Receita				Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	Observações
		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais				
(1)	(2)	(3)	Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R11	P	-	-	-	-	-	
R12	P	-	50.000.000,00	-	-	50.000.000,00	
R14	P	-	12.317.476,00	-	-	12.317.476,00	
R3	P	13.755.401,00	4.270.382,00	-	-	18.025.783,00	
R4	P	-	-	-	-	-	
R5	P	207.000,00	-	-	67.160,00	274.160,00	
R5.1	P	207.000,00	-	-	67.160,00	274.160,00	
R5.1.2	P	207.000,00	-	-	67.160,00	274.160,00	
R6	P	4.200,00	-	-	-	4.200,00	
R9	P	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
R9.1	P	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
R9.1.2	P	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
Total		14.066.601,00	66.587.858,00	0,00	67.160,00	80.721.619,00	

Alterações Orçamentais da Despesa

Valores em Euros €

Rubricas (1)	Tipo (2)	Despesa				Observações (8)	
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais				Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
			Inscrições/ Reforços (4)	Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)		
D1	P	6.378.376,00	992.221,00	992.221,00	-	6.378.376,00	
D1.1	P	5.083.886,00	982.470,00	989.727,00	-	5.076.629,00	
D1.2	P	101.898,00	6.116,00	2.494,00	-	105.520,00	
D1.3	P	1.192.592,00	3.635,00	-	-	1.196.227,00	
D2	P	4.118.356,00	980.902,80	475.995,80	337,00	4.623.600,00	
D3	P	1.062,00	-	-	-	1.062,00	
D4	P	1.175.269,00	-	-	66.823,00	1.242.092,00	
D4.1	P	4.162,00	-	-	54.941,00	59.103,00	
D4.1.1	P	1.171.107,00	-	-	11.882,00	1.182.989,00	
D4.1.1.2	P	1.171.107,00	-	-	-	1.171.107,00	
D4.1.1.3	P	-	-	-	11.882,00	11.882,00	
D4.1.2	P	4.162,00	-	-	-	4.162,00	
D4.1.3	P	-	-	-	54.941,00	54.941,00	
D5	P	345.491,00	-	-	-	345.491,00	
D6	P	2.048.047,00	6.476,00	511.383,00	-	1.543.140,00	
D9	P	-	66.587.857,63	-	-	66.587.857,63	
Total		14.066.601,00	68.567.457,43	1.979.599,80	67.160,00	80.721.618,63	

Operações de Tesouraria

Código das contas	Saldo inicial (1)	Recebimentos (2)	Pagamentos (3)	Saldo final (1)+(2)-(3)
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	169.782,67 €	271.834,45 €	271.834,45 €	169.782,67 €
Total	169.782,67 €	271.834,45 €	271.834,45 €	169.782,67 €

Contratação administrativa

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
INCM - IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S.A.	500792887	Outro	Utilização de cartão de crédito do IGCP para publicação de atos em Diário da República	0	10/02/2023	2800	2800	365	10/02/2023	Contratação excluída	28/03/2023	1709,5	0	0	0	0	3304,43	0	0	0	0	
KG SERVICES, LDA.	514073284	Aquisição de serviços	Serviços de Limpeza e Higiene para as instalações do IMPIC	0	27/12/2022	4429,62	4429,62	15	27/12/2022	Ajuste Direto Simplificado	22/09/2021	196	0	0	0	0	185442,79	0	0	0	0	
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SSAP	600082628	Aquisição de serviços	Contribuições para os Serviços Sociais da Administração Pública	0	01/01/2023	14991	14991	365	01/01/2023	Contratação excluída	17/02/2023	14990,4	0	0	0	0	30654	0	0	0	0	
LENAVE - COMERCIO, INDUSTRIA E REPRESENTACOES, LDA	502405422	Aquisição de bens	Aquisição de material elétrico para manutenções no edifício sede do IMPIC	0	23/01/2023	2999,99	2999,99	365	23/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/04/2023	1773,7	0	0	0	0	4696,34	0	0	0	0	
MÁRIO MENDES, LDA	500184003	Aquisição de bens	Aquisição de material de manutenção para as instalações do IMPIC	0	23/01/2023	1500	1500	365	23/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	13/03/2023	1222,49	0	0	0	0	2125,83	0	0	0	0	
INETUM ESPANHA, SA - SUCURSAL EM PORTUGAL	980079659	Aquisição de serviços	Aquisição de licenciamento de Microsoft – Renovação para os anos de 2022 a 2025 (aquisição centralizada)	9319722	09/05/2022	175787,91	175787,91	1035	09/05/2022	Concurso Público	23/08/2022	72073,04	0	0	0	0	72073,04	0	0	0	0	
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de Mailing - Revalidação de Alvarás para o ano de 2023	0	29/11/2022	4948,9	4948,9	15	01/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	06/03/2023	415,84	0	0	0	0	415,84	0	0	0	0	
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA AAFDL	500920869	Aquisição de bens	Assinatura da revista de Direito Administrativo - Ano de 2023	0	25/01/2023	63,5	63,5	365	25/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	17/11/2023	63,5	0	0	0	0	63,5	0	0	0	0	
PINTO & CRUZ SA	500217904	Aquisição de serviços	Serviço de manutenção para os elevadores da sede do IMPIC, I.P.	8803327	04/01/2022	9432	9432	1095	04/01/2022	Ajuste Direto	18/05/2022	952,5	0	0	0	0	4819,62	0	0	0	0	
PROSEGUR COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA.	501290567	Aquisição de bens	Substituição de extintores nos edifícios 9 e 11 da sede do IMPIC, I.P.	0	07/03/2022	738	738	1	07/03/2022	Ajuste direto simplificado	04/08/2022	555	0	0	0	0	1413,54	0	0	0	0	
FUNDIESTAMO SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.	720009480	Locação de bens	Encargo inerente com renda de instalação - SEDE (Edifício 9)	0	01/10/2014	303734,46	303734,46	365	01/01/2023	Contratação excluída	19/12/2023	24773,61	0	0	0	0	297778,8	0	0	0	0	
FUNDIESTAMO SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.	720009480	Locação de bens	Encargo inerente com rendas de instalações - SEDE (Edifício 11)	0	01/01/1998	850367,52	850367,52	365	01/01/2022	Contratação excluída	08/04/2022	853862,38	0	0	0	0	1687556	0	0	0	0	
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA	504828576	Locação de bens	Encargo inerente com renda de instalação - Évora	0	01/12/2011	3197,72	3197,72	365	01/12/2011	Contratação excluída	10/03/2022	3197,72	0	0	0	0	6062,01	0	0	0	0	
ANTONIO DE OLIVEIRA CYMBRON ALBANO OLIVEIRA CYMBRON	110641876	Locação de bens	Encargo inerente com rendas de instalações de Ponta Delgada - Açores	0	01/08/2011	11034,36	11034,36	365	01/01/2023	Contratação excluída	09/03/2022	11016	0	0	0	0	20916	0	0	0	0	
MADEIRA-RENT SOCIEDADE DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS LDA	511105835	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para O.F. na RAM de 14 a 17 de novembro	0	22/09/2023	196,72	196,72	4	22/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	27/12/2023	240	0	0	0	0	240	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOUREARIA E DA DIVÍDA PÚBLICA IGCP	503756237	Aquisição de serviços	Encargos inerentes com cobrança de receitas - IGCP	0	01/01/1998	60000	60000	365	01/01/1998	Contratação excluída	08/04/2022	56836,43	0	0	0	0	110978,3	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
DATA JURIS - DIREITO E INFORMÁTICA, LDA.	502381973	Aquisição de serviços	Acesso à Base de Dados DATAJURIS, para o ano 2023	0	23/02/2023	4200	4200	365	23/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	13/03/2023	5166	0	0	0	0	5166	0	0	0	0	
VIA VERDE PORTUGAL - GESTÃO DE SISTEMAS ELETRÓNICOS DE COBRANÇA, SA	504656767	Aquisição de serviços	Despesa anual com o pagamento de portagens de viaturas ao serviço do IMPIC,IP	0	02/03/2022	3000	3000	365	02/03/2022	Contratação excluída	09/03/2022	886,35	0	0	0	0	983,3	0	0	0	0	
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Despesas inerentes às cobranças postais	0	01/01/1998	170000	170000	365	01/01/1998	Contratação excluída	28/03/2022	182547,8	3	0	0	0	346908,8	5	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS AGUAS LIVRES, S.A.	500906840	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de água, nas instalações do IMPIC - Sede - Edifício n.º9	0	01/01/1998	9000	9000	365	01/01/1998	Contratação excluída	18/03/2022	4069,8	0	0	0	0	4069,8	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS AGUAS LIVRES, S.A.	500906840	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de água, nas instalações do IMPIC,IP - Sede - Edifício n.º11	0	01/01/1998	9000	9000	365	01/01/1998	Contratação excluída	18/03/2022	4069,8	0	0	0	0	8152,43	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA	672001721	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de água, nas instalações de Ponta Delgada - Açores	0	01/08/2011	500	500	365	01/08/2011	contratação excluída	28/03/2022	246,73	0	0	0	0	504,74	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA	504828576	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de água, nas instalações de Évora	0	01/12/2011	200	200	365	01/12/2011	Contratação excluída	09/03/2022	63,59	0	0	0	0	119,39	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
FUNDIESTAMO SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.	720009480	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de electricidade na sede do IMPIC,IP	0	01/01/1998	96318,11	96318,11	365	01/01/2022	Contratação excluída	18/05/2022	96318,11	0	0	0	0	116345,2	3	0	0	0	
EDA ELETRICIDADE DOS AÇORES, S.A.	512012032	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de electricidade, em Ponta Delgada - Açores	0	01/08/2011	1000	1000	365	01/08/2011	Contratação excluída	10/03/2022	566,55	0	0	0	0	1065,39	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	507846044	Aquisição de serviços	Despesas inerentes ao consumo de electricidade nas instalações de Évora	0	01/01/1998	700	700	365	01/01/1998	Ajuste Direto Simplificado	05/04/2022	432,72	0	0	0	0	843,24	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	500077568	Aquisição de serviços	Encargos inerentes em cobrança de receitas	0	01/01/1998	10000	10000	365	01/01/1998	Contratação excluída	21/03/2022	1272,68	0	0	0	0	2638,23	0	0	0	0	Prazo de execução renovando-se automaticamente
CTT - EXPRESSO - SERVIÇOS POSTAIS E LOGÍSTICA, S.A.	504520296	Aquisição de serviços	Despesas inerentes a serviço postal e de estafeta	0	01/01/1998	1500	1500	365	01/01/1998	Ajuste Direto Simplificado	28/03/2022	1682,79	0	0	0	0	2030,73	0	0	0	0	
VODAFONE PORTUGAL COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.	502544180	Aquisição de serviços	Comunicações e dados fixos para 2022 a 2025 - Proc: PROC 28/UMC/2021 (UMC-SGE)	9322901	16/05/2022	11160	11160	1095	16/05/2022	Concurso Público	06/03/2023	1913,88	0	0	0	0	1913,88	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	505091500	Aquisição de serviços	Bilhete viagem Lisboa/Funchal/Lisboa, de 14 a 17 de nov.	0	22/09/2023	245,43	245,43	4	22/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	31/10/2023	245,43	0	0	0	0	245,43	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3*, no Funchal de 14 a 17 de nov. - O.F. na RAM	0	22/09/2023	215	215	4	22/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	31/10/2023	215	0	0	0	0	215	0	0	0	0	
ATLANTICARE SERVICOS DE SAUDE SA	507528212	Aquisição de serviços	Serviços de Segurança, higiene e Saúde no Trabalho	7465370	28/12/2020	29740	29740	1095	28/12/2020	Consulta Prévia	29/04/2021	10832,64	0	0	0	0	32497,93	0	0	0	0	
ZEST MARKETING E EVENTOS, LDA.	514282100	Aquisição de serviços	IMOBINVEST - 4.ª Edição - SALÃO DO IMOBILIÁRIO - De 24 a 26 março	0	13/02/2023	750	750	3	13/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	813,34	0	0	0	0	813,34	0	0	0	0	

Entidade		Contrato							Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações	
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução			Início da execução (física) do contrato	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões		Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
MUNICÍPIO DE LISBOA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	500051070	Aquisição de serviços	Aluguer de entrada na central telefónica do Regime de Sapadores Bombeiros - Ano 2023	0	23/02/2023	253,68	253,68	365	23/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	312,03	0	0	0	0	312,03	0	0	0	0	
LISBOA FEIRAS CONGRESSOS E EVENTOS - FCE/ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	503657891	Aquisição de serviços	Participação do IMPIC,IP na TEKTÓNICA 2023	0	10/03/2023	1710,24	1710,24	4	10/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	2103,6	0	0	0	0	2103,6	0	0	0	0	
STAMP STAR, LDA.	510081878	Aquisição de serviços	Serviços de ligação entre as centrais do IMPIC,IP e o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa	0	25/01/2023	542,28	542,28	365	25/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/02/2023	667	0	0	0	0	667	0	0	0	0	
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, na Ilha do Pico e Ilha do Faial de 20 a 24 de nov - O. Fiscalização	0	25/10/2023	474	474	5	25/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	474	0	0	0	0	474	0	0	0	0	
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Passagem aérea, para O.F. na Ilha do Pico e Ilha do Faial, de 18 a 25 de nov	0	25/10/2023	383,8	383,8	5	25/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	383,8	0	0	0	0	383,8	0	0	0	0	
HIGIENE PLUS - PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, LDA.	503637530	Aquisição de serviços	Contratação de serviços de recolha de contentores asséticos	0	21/04/2023	880	880	365	21/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	1082,4	0	0	0	0	2145,12	0	0	0	0	
CEGER CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO	600055639	Aquisição de serviços	Renovação de certificados para o Portal do IMPIC,IP	0	17/03/2023	360	360	1095	17/03/2023	Contratação excluída	18/05/2023	360	0	0	0	0	600	0	0	0	0	
MADEIRA-RENT SOCIEDADE DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS LDA	511105835	Aquisição de serviços	Aluguer viatura de 17 a 21 de abril, para O.F. no Funchal	0	23/03/2023	327,87	327,87	5	23/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	17/11/2023	400	0	0	0	0	400	0	0	0	0	
QUANTICOSOLUTIONS, S.A.	509937349	Aquisição de serviços	Serviços de manutenção corretiva e evolutiva do Portal dos Contratos Públicos (Portal Base) e desenvolvimento de software	9624486	31/08/2022	140976	140976	243	31/08/2022	Concurso Público	23/11/2022	89577,12	0	0	0	0	116489,27	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Locação de bens	Contrapartidas mensais dos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão - Janeiro a abril/2023	0	01/01/2023	24156,52	24156,52	119	01/01/2023	Contratação excluída	10/03/2023	24156,52	0	0	0	0	24156,52	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Locação de bens	Atualização das contrapartidas mensais dos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão - maio/2023 a junho/2023	0	01/05/2023	12078,26	12078,26	60	01/05/2023	Contratação excluída	19/12/2023	12078,26	0	0	0	0	12078,26	0	0	0	0	
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Viagem e alojamento, para deslocação Bruxelas, de 10 a 12 de maio- reunião do Conselho da Europa WP meeting on Public Procurement, a 11 de maio.	0	04/05/2022	1073,2	1073,2	2	04/05/2022	Ajuste Direto Simplificado	23/06/2022	922,5	0	0	0	0	922,5	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Viagem e alojamento, de 9 a 18 de junho, a Berlim - reuniões dos grupos de trabalho do GAFI, inserido na Delegação Portuguesa ao GAFI.	0	13/05/2022	2200,26	2200,26	9	13/05/2022	Ajuste Direto Simplificado	20/06/2022	365,9	0	0	0	0	365,9	0	0	0	0	
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	504615947	Aquisição de serviços	Contrato de Prestação de serviços Móveis Terrestres ao Abrigo do Acordo-Quadro AQ-SMT Serviço Móvel Terrestre -2019	7492518	01/05/2021	69300	69300	1045	01/05/2021	Concurso Público	09/06/2021	460	0	0	0	0	16877,95	0	0	0	0	AQ- SMT
IIG - MAILING AND INFORMATION SECURITY PORTUGAL,	506628132	Aquisição de serviços	Serviço de manutenção à máquina envelopadora afeta ao serviço de expediente - Ano 2023	0	13/09/2023	1475,09	1475,09	365	13/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	06/07/2022	1814,36	0	0	0	0	1814,36	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.																						
MADEIRA-RENT SOCIEDADE DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS LDA	511105835	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura, para Operação de Fiscalização, de 3 a 7 de julho, no Funchal e Porto Santo	0	06/06/2023	327,87	327,87	5	06/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	23/08/2022	400	0	0	0	0	400	0	0	0		
SINDICATO DOS MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	501132767	Aquisição de bens	Anuidade 2023 - Assinatura revista do Ministério Público	0	15/06/2023	60,38	60,38	365	15/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	64	0	0	0	0	64	0	0	0		
MICAUTO AUTO TURÍSTICA MICAELENSE, Lda.	512006750	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura em Ponta Delgada, para Operação de Fiscalização, de 30 de maio a 2 de junho.	0	17/05/2023	155,17	155,17	4	17/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	180	0	0	0	0	180	0	0	0		
Associação SGI Portugal	506253309	Outro	Quotização 2023	0	18/07/2023	2060	2060	365	18/07/2023	Contratação excluída	21/09/2023	2060	0	0	0	0	2060	0	0	0		
Informa D&B - Serviços De Gestão De Empresas	500520658	Aquisição de serviços	Acesso à base de dados - SABI	0	07/07/2022	4599,08	4599,08	365	07/07/2022	Ajuste Direto Simplificado	29/12/2022	360	0	0	0	0	7321,86	0	0	0		
BENECAR AUTOMÓVEIS, S.A.	502587652	Aquisição de serviços	Aluguer de veículos para os membros do Conselho Diretivo	10757122	14/12/2022	10000	10000	150	12/04/2023	Ajuste Direto	28/04/2023	10332	0	0	0	0	10332	0	0	0		
IBEROFRIO - COMERCIALIZACAO E TECNICAS DE REFRIGERACAO, LDA	502970839	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção das instalações de ar condicionado e ventilação para o edifício sede do IMPIC, I.P. (Proc. Plurianual 2021 a 2024)	7755607	08/07/2021	25200	25200	1095	08/07/2022	Consulta Prévia	28/03/2022	842	0	0	0	0	14613,43	0	0	0		
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	502167510	Aquisição de serviços	Aluguer de veículo para utilização dos Serviços Gerais	0	14/12/2022	1676,22	1676,22	198	15/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/12/2023	14,56	0	0	0	0	1999,26	0	0	0		
J. QUELHAS, LDA.	501567089	Aquisição de bens	Aquisição de material de escritório e economato	0	17/02/2023	4995,31	4995,31	30	17/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	17/11/2023	831,44	0	0	0	0	6144,23	0	0	0		
CASEKING PORTUGAL UNIP, LDA.	514304944	Aquisição de bens	Compra de material informático diverso	0	28/06/2023	142,11	142,11	30	28/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	95	0	0	0	0	174,8	0	0	0		
VITOR NETO UNIPESSOAL, LDA.	509990630	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de manutenção corrente das instalações elétricas da rede informática e dos sistemas de drenagem e bombagem e outras intervenções indispensáveis ao bom funcionamento das instalações	7451823	14/01/2021	58305	58305	1095	14/01/2021	Consulta Prévia	02/03/2021	23904,96	0	0	0	0	23904,96	0	0	0		
DPD PORTUGAL - TRANSPORTE EXPRESSO, S.A.	501936991	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Mala e Transporte de Pequenas Encomendas, entre o IMPIC, I.P. – Lisboa, as Delegações e os Postos de atendimento nas Lojas do Cidadão (Processo Plurianual (2021 a 2023))	7452375	07/01/2021	46154,88	46154,88	1095	07/01/2021	Consulta Prévia	04/05/2021	1368,04	0	0	0	0	32155,51	0	0	0		
MICAUTO AUTO TURÍSTICA MICAELENSE, Lda.	512006750	Aquisição de serviços	Aluguer de uma viatura para O.F. na RAA, de 25 a 29 de setembro.	0	20/09/2023	237,06	237,06	5	20/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	17/11/2023	274,99	0	0	0	0	274,99	0	0	0		
NORMÁTICA, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ORGANIZAÇÃO, S.A.	501782230	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de "Desenvolvimento de área reservada no Portal do IMPIC e evolução dos formulários das transações imobiliárias".	7695740	30/04/2021	74582,2	74582,2	75	30/04/2021	Consulta Prévia	28/06/2022	18347,22	0	0	0	0	91736,1	0	0	0		
ACIN - I-CLOUD SOLUTIONS, LDA.	511135610	Aquisição de serviços	Aquisição de Serviços de Subscrição da plataforma de Contratação Pública - Processo Plurianual (2021 A 2023)	7410956	01/01/2021	1245	1245	1095	01/01/2021	Ajuste Direto	23/03/2021	510,45	0	0	0	0	1020,9	0	0	0		

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Bilhetes de comboio - LC Faro	0	14/02/2023	205	205	2	14/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	13/03/2023	205	0	0	0	0	205	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Viagem Lisboa/Luxemburgo/Lisboa - Participação em Sessão de Julgamento no Tribunal de Justiça da União Europeia - de 4 a 7 de março	0	22/02/2023	276,7	276,7	2	22/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	13/03/2023	276,7	0	0	0	0	276,7	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3*** - 6/03 a 7/03	0	22/02/2023	265	265	1	22/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	13/03/2023	265	0	0	0	0	265	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* de 13 a 14 de abril, 5 quartos	0	10/04/2023	460	460	1	10/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	460	0	0	0	0	460	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Viagem Estocolmo-Suécia de 31 de maio a 2 de junho - Reuniões CE	0	02/05/2023	750,45	750,45	2	02/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	714,48	0	0	0	0	714,48	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* - Estocolmo-Suécia de 31 de maio a 2 de junho - Reuniões CE	0	02/05/2023	555	555	2	02/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/06/2023	550	0	0	0	0	550	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Viagem França de 21 a 28 outubro - Reuniões do grupo GAFI	0	03/05/2023	367,58	367,58	2	03/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/06/2023	461,25	0	0	0	0	461,25	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel 3* em França de 21 a 28 outubro - Reuniões do grupo GAFI	0	03/05/2023	1665	1665	7	03/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/06/2023	1665	0	0	0	0	1665	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Lisboa/Roma/Calgari - de 27 a 30 de setembro - Seminário	0	20/06/2023	727	727	2	20/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	821,7	0	0	0	0	821,7	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento de 27 a 30 de setembro - Itália - Calgari	0	20/06/2023	430	430	3	20/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	425	0	0	0	0	425	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Deslocação - Posto de Atendimento Porto	0	08/08/2023	455	455	6	08/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	455	0	0	0	0	455	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Lisboa/Roma/Calgari - de 27 a 30 de setembro - Seminário	0	24/08/2023	826,7	826,7	2	24/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	821,7	0	0	0	0	821,7	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	502607971	Aquisição de serviços	Alojamento de 27 a 30 de setembro - Itália - Calgari	0	24/08/2023	465	465	3	24/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	465	0	0	0	0	465	0	0	0	0	
IMOEDIÇÕES - EDIÇÕES PERIÓDICAS E MULTIMÉDIA, LDA.	507037219	Outro	Patrocínio Institucional - X Edição da Semana de Reabilitação Urbana de Lisboa de 29 a 31 de Março	0	29/01/2023	2500	2500	3	29/01/2023	Contratação Excluída	24/03/2023	3075	0	0	0	0	3075	0	0	0	0	
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.	500979197	Aquisição de serviços	Inscrição no I Congresso de Direito da Construção	0	14/03/2022	853,66	853,66	2	14/03/2022	Ajuste Direto Simplificado	2022-03-28-00:00	505,14	0	0	0	0	1467,64	0	0	0	0	
PROSEGUR COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA.	501290567	Aquisição de bens	Correção não conformidades - extintores e carretéis	0	20/06/2023	288,7	288,7	1	20/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	31/10/2023	355,1	0	0	0	0	355,1	0	0	0	0	
SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A.	505107546	Aquisição de serviços	Serviços de Manutenção e Helpdesk - Renovação do Protocolo Real Time – SIBS	0	29/09/2023	1556	1556	365	29/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	1913,88	0	0	0	0	1913,88	0	0	0	0	
DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA.	506694615	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção corretiva e evolutiva da plataforma de inteligência de dados do IMPIC	9679362	21/12/2022	19860	19860	365	03/01/2023	Ajuste Direto	29/12/2023	6150	0	0	0	0	6150	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Aquisição de serviços	Comunicações Fixas de Voz dos Postos de Atendimento das Lojas do Cidadão – Ano de 2022	0	07/07/2022	5422,76	5422,76	365	07/07/2022	Contratação Excluída	16/04/2023	485,49	0	0	0	0	4243,91	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Aquisição de serviços	Comunicações Fixas de Voz nos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão Ano de 2023	0	17/03/2023	5000	5000	365	17/03/2023	Contratação Excluída	16/04/2023	1346,91	0	0	0	0	1346,91	0	0	0	0	
INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO I. P. IRN	508184258	Aquisição de serviços	Emolumentos 2023 para acesso à informação constante das bases de dados do registo comercial, conforme protocolo estabelecido com o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. IRN	0	24/03/2023	3000	3000	365	07/07/2023	Contratação Excluída	07/07/2023	3000	0	0	0	0	3000	0	0	0	0	
QVO LEGIS – FORMAÇÃO E CONSULTADORIA	508920400	Aquisição de serviços	Cálculo e processamento salarial - atualização OE 2023	0	12/01/2023	585	585	1	12/01/2023	Contratação Excluída	21/02/2023	390	0	0	0	0	390	0	0	0	0	
PTPC PLATAFORMA TECNOLÓGICA PORTUGUESA DA CONSTRUÇÃO ASSOCIAÇÃO	510049559	Outro	QUOTA 2023 Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC)	0	19/06/2023	600	600	365	19/06/2023	Contratação Excluída	25/09/2023	600	0	0	0	0	600	0	0	0	0	
TRIBUNAL DE CONTAS	600018709	Outro	Pagamento de emolumentos, relativos ao processo n.º 2/2019 - Audit 2.ª S.	0	29/09/2023	5721,34	5721,34		09/10/2023	Contratação Excluída	09/10/2023	5721,34	0	0	0	0	5721,34	0	0	0	0	
TRIPOLO - SOLUÇÕES DE ESCRITÓRIO E ARMAZENAGEM, LDA.	501264124	Aquisição de bens	Aquisição Centralizada de Mobiliário - Armários	0	18/12/2023	3960	3960	30	18/12/2023	Ajuste Direto Simplificado	29/12/2023	4870,8	0	0	0	0	4870,8	0	0	0	0	
MOBAPEC - MOBILIÁRIO ESCOLAR, LDA.	501155015	Aquisição de bens	Aquisição Centralizada de Mobiliário - Cadeiras	0	18/12/2023	4740	4740	30	18/12/2023	Ajuste Direto Simplificado	29/12/2023	5830,2	0	0	0	0	5830,2	0	0	0	0	
SIBS FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A.	505107546	Aquisição de serviços	Serviços de Manutenção e Helpdesk - Renovação do Protocolo Real Time – SIBS	0	13/10/2022	1556	1556	365	13/10/2022	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	1913,88	0	0	0	0	1913,88	0	0	0	0	
CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITARIO LISBOA CENTRAL, EPE	508080142	Aquisição de serviços	Pagamento de fatura emitida no âmbito do acidente em serviço	0	28/08/2023	31	31		18/08/2023	Contratação Excluída	18/08/2023	31	0	0	0	0	31	0	0	0	0	
CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SARDINHA & LEVY, LDA.	503257966	Aquisição de serviços	Pagamento de consulta e tratamentos no âmbito do acidente em serviço	0	23/06/2023	260	260		21/09/2023	Contratação Excluída	21/09/2023	260	0	0	0	0	260	0	0	0	0	
HOSPITAL GARCIA DA HORTA, EPE	503257966	Aquisição de serviços	Pagamento de fatura emitida no âmbito do acidente em serviço	0	18/07/2023	123,07	123,07		19/09/2023	Contratação Excluída	19/09/2023	123,07	0	0	0	0	123,07	0	0	0	0	
INSTITUTO CRIAP INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	508327075	Aquisição de serviços	Formação pedagógica inicial de Formadores	0	23/01/2023	380	380	60	23/01/2023	Contratação Excluída	22/06/2023	152	0	0	0	0	152	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Curso Formação - Código do Procedimento Administrativo para não Juristas	0	13/10/2023	4200	4200	5	13/10/2023	Contratação Excluída	27/12/2023	4200	0	0	0	0	4200	0	0	0	0	
INA I.P. INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.	516480430	Aquisição de serviços	Formação - Processamento vencimentos e ajudas de custo	0	27/11/2023	420	420	4	27/11/2023	Contratação Excluída	27/12/2023	280	0	0	0	0	280	0	0	0	0	
ERA Academy of European Law	811563520	Aquisição de serviços	Conferência Anual da Era, de 30 a 31 de março -	0	13/02/2023	2241	2241	2	13/02/2023	Contratação Excluída	13/03/2023	1680,75	0	0	0	0	1680,75	0	0	0	0	
GADSA – ARQUIVO E DEPÓSITO, S.A.	504595440	Aquisição de serviços	Serviços de Custódia e Gestão de Arquivo de Processos - Processo plurianual (15/04/2021 a 31/12/2023)	7735162	15/04/2021	30132,63	30132,63	975	15/04/2021	Consulta Prévia	09/09/2021	11326,25	0	0	0	0	21113,44	0	0	0	0	
IMOEDIÇÕES - EDIÇÕES PERIÓDICAS E MULTIMÉDIA, LDA.	507037219	Outro	Patrocinador Institucional - X Edição da Semana de reabilitação urbana do Porto	0	03/10/2022	3000	3000	3	03/10/2022	Contratação excluída	14/11/2022	287,7	0	0	0	0	2501,7	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE, S.A.	500246530	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis de casa de banho	0	26/06/2023	1824	1824	0	26/06/2023	Ajuste direto simplificado	05/09/2023	2243,52	0	0	0	0	7178,53	0	0	0	0	
COPIVARELA, EQUIPAMENTOS DE ESCRITORIO, LDA.	506594190	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing	6549988	01/05/2020	64800	64800	1095	01/05/2020	Consulta Prévia	24/03/2023	839,82	0	0	0	0	45074,35	0	0	0	0	
PROSEGUR COMPANHIA DE SEGURANÇA, LDA.	501290567	Aquisição de serviços	Revisão aos dispositivos de combate a incêndios (extintores e carretéis)	0	11/12/2023	1576,4	1576,4	1	11/12/2023	Ajuste Direto Simplificado	31/10/2023	355,1	0	0	0	0	579,33	0	0	0	0	
MEDIALIVRE, S.A.	502801034	Aquisição de bens	Participação do IMPIC no suplemento do JORNAL DE NEGÓCIOS - "Especial_ IMOBILIÁRIO & REABILITAÇÃO URBANA"	0	11/01/2023	990	990	1	11/01/2023	Ajuste direto simplificado	21/02/2023	1217,7	0	0	0	0	1217,7	0	0	0	0	
FUNDIC FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO	502972076	Aquisição de serviços	Inscrição 1.º Simpósio de Segurança Contra Incêndios em Edifícios - 11 de outubro de 2023	0	21/06/2023	40	40	1	21/06/2023	Contratação excluída	31/10/2023	40	0	0	0	0	40	0	0	0	0	
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Bilhete deslocação Bruxelas de 5 a 6 de dezembro - reunião da Comissão Europeia	0	25/11/2022	725,4	725,4	2	25/11/2022	Ajuste Direto Simplificado	20/12/2022	239,4	0	0	0	0	239,4	0	0	0	0	
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3*** de 5 a 6 dezembro - deslocação Bruxelas, reunião da Comissão Europeia	0	25/11/2022	140	140	1	25/11/2022	Ajuste Direto Simplificado	20/12/2022	80	0	0	0	0	80	0	0	0	0	
HORIZONTE DE PALAVRAS - EDIÇÕES, UNIPessoal, LDA. REVISTA PONTOS DE VISTA	509236448	Aquisição de serviços	Participação do IMPIC, IP na reportagem "Pontos de Vista no Feminino - O papel da Mulher nos Cargos de Liderança em Língua Portuguesa"	0	01/03/2023	900	900	1	01/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/04/2023	1107	0	0	0	0	1107	0	0	0	0	
DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA.	506694615	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção, desenvolvimentos evolutivos da plataforma de inteligência de dados do IMPIC, assente em Power BI e Microsoft Azure, e formação	9679362	03/01/2021	19860	19860	365	03/01/2021	Ajuste Direto	15/09/2021	6150	0	0	0	0	6150	0	0	0	0	
PEDRO LUIS TELES LAGEIRA	186829442	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de desenvolvimento de manuais técnicos para o sistema Portal Base	9946857	01/03/2023	19900	19900	61	01/03/2023	Ajuste Direto	20/10/2023	24477	0	0	0	0	24477	0	0	0	0	
AMA, AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	508184509	Locação de bens	Atualização das contrapartidas mensais dos Postos de Atendimento nas Lojas do Cidadão - julho/2023 a dezembro/2023	0	01/07/2023	39900,33	39900,33	180	01/07/2023	Contratação excluída	19/09/2023	39900,33	0	0	0	0	39900,33	0	0	0	0	
QUANTICOSOLUTIONS, S.A.	509937349	Aquisição de serviços	Prestação de serviços para o desenvolvimento do projeto EFORMS	9995350	08/05/2023	90830	90830	245	23/05/2023	Consulta Prévia Simplificada	11/07/2023	55860,45	0	0	0	0	55860,45	0	0	0	0	
QUANTICOSOLUTIONS, S.A.	509937349	Aquisição de serviços	Contratação de Serviços de Manutenção Corretiva e Evolutiva do Portal Base	10182142	02/08/2023	16658	16658	31	02/08/2023	Ajuste Direto	19/12/2023	20489,34	0	0	0	0	20489,34	0	0	0	0	
QUANTICOSOLUTIONS, S.A.	509937349	Aquisição de serviços	Manutenção do Portal Base	10262638	25/09/2023	9898,05	9898,05	30	25/09/2023	Ajuste Direto	19/12/2023	12174,6	0	0	0	0	12174,6	0	0	0	0	
REDSHIFT II - SOLUTIONS, LDA	514353520	Aquisição de serviços	Aquisição de novo licenciamento RedDoc e respetivos serviços de parametrização e suporte	10037175	11/05/2023	48620	48620	365	11/05/2023	Ajuste Direto	05/09/2023	36900	0	0	0	0	36900	0	0	0	0	
Reload - Consultoria Informática, Lda.	506210855	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para a implementação de um Plano Interno de Cibersegurança das Infraestruturas do IMPIC, I.P.	9440062	06/09/2022	29050	29050	181	06/09/2022	Consulta Prévia	19/05/2023	35731,5	0	0	0	0	35731,5	0	0	0	0	
NTT Data Portugal, SA	506204650	Aquisição de serviços	"A análise comparativa dos formulários europeus e formulários nacionais para publicação de anúncios	10070825	24/05/2023	9000	9000	45	24/05/2023	Ajuste Direto	21/08/2023	11070	0	0	0	0	11070	0	0	0	0	

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
NLS - New Link Solutions - Consultoria e Engenharia, SA	505248948	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de manutenção e desenvolvimento de novas funcionalidades para o sistema de informação da construção.	10195810	27/07/2023	72500	72500	366	27/07/2023	Ajuste Direto	17/11/2023	952,5	0	0	0	0	952,5	0	0	0	0	
IP Telecom, Serviços de Telecomunicações S.A.	505065630	Aquisição de serviços	Disponibilização de infraestrutura para alojamento do programa de gestão documental	10181550	17/07/2023	9900	9900	184	17/07/2023	Ajuste Direto	15/11/2023	12177	0	0	0	0	12177	0	0	0	0	
NTT Data Portugal, SA	506204650	Aquisição de serviços	Suporte ao desenho dos novos anúncios nacionais de Contratação Pública	10181924	13/07/2023	9450	9450	184	13/07/2023	Ajuste Direto	29/12/2023	11623,5	0	0	0	0	11623,5	0	0	0	0	
REDSHIFT CONSULTING, LDA.	509493106	Aquisição de serviços	Serviços de administração de sistemas e gestão documental do IMPIC, I.P.	10257153	05/09/2023	147840	147840	365	10/09/2023	Concurso Público	22/06/2023	93732,15	0	0	0	0	93732,15	0	0	0	0	
PSG - Segurança Privada, S.A.	508170710	Aquisição de serviços	Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança	10263502	26/09/2023	34846,95	34846,95	94	28/09/2023	Ajuste Direto	31/10/2023	42861,74	0	0	0	0	42861,74	0	0	0	0	
PSG - Segurança Privada, S.A.	508170710	Aquisição de serviços	Contratação de Serviços de Vigilância e Segurança	10754692	28/11/2022	112409,2	112409,2	303	28/11/2022	Concurso Público	28/04/2023	138263,7	0	0	0	0	138263,7	0	0	0	0	
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA.	502167510	Aquisição de serviços	Aluguer de veiculo para utilização dos Serviços Gerais	10757138	21/09/2023	5099,17	5099,17	84	06/10/2023	Ajuste Direto	05/09/2023	3655,46	0	0	0	0	3655,46	0	0	0	0	
Gringoland - Publicidade, Lda	515043192	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços para a criação e desenvolvimento da identidade visual e gráfica dos "Anúncios de Contratação Pública"	10320652	25/10/2023	6400	6400	20	25/10/2023	Consulta Prévia	29/12/2023	7872	0	0	0	0	7872	0	0	0	0	
NTT Data Portugal, SA	506204650	Aquisição de serviços	Serviços de Manutenção Corretiva e Evolutiva do Portal Base	10366294	20/11/2023	149789	149789	365	20/11/2023	Concurso Público	29/12/2023	10476,16	0	0	0	0	10476,16	0	0	0	0	
NEW SERVICES SOC UNIPessoal LDA	515567841	Aquisição de serviços	Serviços de Limpeza e Higiene para as instalações do IMPIC	9750925	11/01/2023	156000	156000	547	16/01/2023	Concurso Público	21/02/2023	215	0	0	0	0	215	0	0	0	0	
QUIDGEST – CONSULTORES DE GESTÃO, S.A.	501989978	Aquisição de serviços	Serviços de assistência técnica e manutenção evolutiva do Software SINGAP	10107821	01/02/2023	141336	141336	915	01/02/2023	Ajuste Direto	19/05/2023	89	0	0	0	0	89	0	0	0	0	
CLARANET PORTUGAL, S.A.	503412031	Aquisição de bens	Aquisição de 40 monitores	10195622	25/07/2023	5230,8	5230,8	60	25/07/2023	Consulta Prévia	05/09/2023	6433,88	0	0	0	0	6433,88	0	0	0	0	
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA AAFDL	500920869	Aquisição de bens	Aquisição Livros técnicos	0	11/10/2023	143,74	143,74	0	11/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/12/2023	152,36	0	0	0	0	152,36	0	0	0	0	
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.	500979197	Aquisição de bens	Aquisição de livros técnicos	0	11/10/2023	29,72	29,72	0	11/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	27/12/2023	31,5	0	0	0	0	31,5	0	0	0	0	
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.	500979197	Aquisição de bens	Aquisição de livros técnicos	0	08/08/2023	115,21	115,21	0	08/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/09/2023	122,12	0	0	0	0	122,12	0	0	0	0	
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.	500979197	Aquisição de bens	Aquisição de livros técnicos	0	14/12/2022	101,3	101,3	0	14/12/2022	Ajuste Direto Simplificado	23/02/2023	107,38	0	0	0	0	107,38	0	0	0	0	
DATABOX - INFORMÁTICA, S.A.	505939347	Aquisição de bens	Aquisição de fonte de alimentação de Switch	0	29/09/2023	817,46	817,46	0	29/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	17/11/2023	1005,48	0	0	0	0	1005,48	0	0	0	0	
DEVSCOPE - SOLUÇÕES DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA.	506694615	Aquisição de bens	Renovação de três licenças BI Tiles	0	19/01/2023	269,97	269,97	0	19/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	13/03/2023	332,06	0	0	0	0	332,06	0	0	0	0	
ESCRITÓRIO DIGITAL - REPRESENTAÇÕES, LDA.	512068500	Aquisição de bens	Aquisição de Fotocondutor e Toner para Impressora LEXMARK afeta à Delegação de Inspeção em Ponta Delgada – Açores	0	15/11/2023	275,97	275,97	0	15/11/2023	Ajuste Direto Simplificado	27/12/2023	320,13	0	0	0	0	320,13	0	0	0	0	
FUNDAÇÃO EDP	506997286	Aquisição de serviços	Aluguer de salas, para evento no MAAT	0	20/10/2023	5000	5000	1	20/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/12/2023	6150	0	0	0	0	6150	0	0	0	0	
IBEROFRIO - COMERCIALIZACAO	502970839	Aquisição de serviços	Aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado DAIKIN	0	27/02/2023	1425	1425	30	27/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/05/2023	1752,75	0	0	0	0	1752,75	0	0	0	0	

Entidade		Contrato							Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados				Observações	
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução			Início da execução (física) do contrato	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares		Trabalhos de suprimento de erros e omissões
IBEROFRIO - COMERCIALIZAÇÃO E TÉCNICAS DE REFRIGERAÇÃO, LDA	502970839	Aquisição de serviços	Proposta de correção às situações detetadas no sistema AVAC no decurso da manutenção preventiva - Reparções em Salas Técnicas e outras.	0	24/06/2022	1325	1325	30	24/06/2022	Ajuste Direto Simplificado	18/04/2023	400	0	0	0	0	400	0	0	0	0
IBEROFRIO - COMERCIALIZAÇÃO E TÉCNICAS DE REFRIGERAÇÃO, LDA	502970839	Aquisição de serviços	Aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado MIDEA – 1X MSAGBU-12HRFN8 - Sala 504 - Piso 5 - Edifício 11	0	13/09/2023	810	810	30	13/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/12/2023	996,3	0	0	0	0	996,3	0	0	0	0
JOSE CARLOS DIAS VIEIRA UNIP LDA	509369910	Aquisição de serviços	Deslocação de técnico para verificação/diagnóstico à Unidade de Refrigeração – Liebert da Sala do Datacenter	0	05/06/2023	86	86	1	05/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	105,78	0	0	0	0	105,78	0	0	0	0
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	501689168	Aquisição de serviços	Seguro de Acidentes de Trabalho obrigatório no âmbito do Programa EstágiAP XXI	0	23/01/2023	139,8	139,8	270	23/01/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/07/2023	68,44	0	0	0	0	68,44	0	0	0	0
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	501689168	Aquisição de serviços	Seguro de Acidentes de Trabalho obrigatório no âmbito do Programa EstágiAP XXI	0	26/06/2023	69,9	69,9	270	26/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/07/2023	68,44	0	0	0	0	68,44	0	0	0	0
LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	501689168	Aquisição de serviços	Seguro de Acidentes de Trabalho obrigatório no âmbito do Programa EstágiAP XXI	0	21/08/2023	69,9	69,9	270	21/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/07/2023	68,44	0	0	0	0	68,44	0	0	0	0
MAGNELUSA ELETRONICO, SA	507237609	Aquisição de bens	Aquisição de auriculares para disponibilização nos Postos de Atendimento das LC e Call Center da Sede	0	04/09/2023	750,18	750,18	30	04/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	922,72	0	0	0	0	922,72	0	0	0	0
MANUEL FURTADO DA SILVA, LDA.	512008140	Aquisição de serviços	Aluguer viatura, para O.F. na Ilha do Faial, de 22 a 24 de nov	0	25/10/2023	76,72	76,72	3	25/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/12/2023	89	0	0	0	0	89	0	0	0	0
RENT-A-CAR TROPICAL, LDA.	512045151	Aquisição de serviços	Aluguer viatura, para O.F. na Ilha do Pico, de 20 a 22 nov	0	25/10/2023	168,97	168,97	3	25/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/12/2023	196	0	0	0	0	196	0	0	0	0
MY FAVORITE DREAM, UNIPESSOAL, LDA.	513174133	Aquisição de bens	Aquisição de brindes publicitários	0	27/02/2023	4920	4920	30	27/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	6041,32	0	0	0	0	6041,32	0	0	0	0
PCDIGA, LDA.	507082907	Aquisição de bens	Aquisição DE 10 Headsets	0	30/08/2023	129,27	129,27	30	30/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/09/2023	159	0	0	0	0	159	0	0	0	0
PCDIGA, LDA.	507082907	Aquisição de bens	Aquisição de material informático diverso	0	28/06/2023	257,64	257,64	30	28/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	05/09/2023	316,9	0	0	0	0	316,9	0	0	0	0
PCDIGA, LDA.	507082907	Aquisição de bens	AQUISIÇÃO DE 30 DISCOS SSD	0	17/03/2023	924,39	924,39	30	17/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/04/2023	1137	0	0	0	0	1137	0	0	0	0
CASEKING PORTUGAL UNIP, LDA.	514304944	Aquisição de bens	Compra de material informático diverso	0	31/08/2024	114,4	114,4	30	31/08/2024	Ajuste Direto Simplificado	21/09/2023	140,71	0	0	0	0	140,71	0	0	0	0
CASEKING PORTUGAL UNIP, LDA.	514304944	Aquisição de bens	Compra de material informático diverso	0	23/05/2023	538,91	538,91	30	23/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	662,86	0	0	0	0	662,86	0	0	0	0
CASEKING PORTUGAL UNIP, LDA.	514304944	Aquisição de bens	Aquisição de 1 DOCK para cópia de discos externos	0	17/03/2023	33,17	33,17	30	17/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	18/04/2023	40,8	0	0	0	0	40,8	0	0	0	0
CIPRIANO FRANCISCO DIAS	100799752	Aquisição de bens	Aquisição de bateria para gerador	0	17/11/2023	105,69	105,69	1	17/11/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/12/2023	130	0	0	0	0	130	0	0	0	0
CEGER CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO	600055639	Aquisição de serviços	Renovação de certificados para os Portais do BASE	0	01/08/2023	160	160	1095	01/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	128	0	0	0	0	128	0	0	0	0
COPIVARELA, EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA.	506594190	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de outsourcing	0	18/04/2023	4050	4050	240	18/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	4358,83	0	0	0	0	48593,36	0	0	0	0
BASEDOIS - Informática	501333401	Aquisição de bens	Aquisição de 6 dockstations para portáteis Lenovo	0	17/02/2023	750	750	30	17/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	18/04/2023	922,5	0	0	0	0	922,5	0	0	0	0

Entidade		Contrato								Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução	Início da execução (física) do contrato			Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	
CAPGEMINI PORTUGAL, S.A.	504272179	Aquisição de serviços	Bolsa de horas para correções e desenvolvimentos na área reservada do Portal BASE	0	18/05/2023	4894,4	4894,4	15	18/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	28/07/2023	6019,62	0	0	0	0	6019,62	0	0	0	0	
ANO - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS, LDA.	503182710	Aquisição de serviços	Serviços de diagnóstico e bolsa de horas a prestar no âmbito do portal PNFE	0	14/11/2023	4400	4400	15	14/11/2023	Ajuste Direto Simplificado	21/09/2023	2066,4	0	0	0	0	2066,4	0	0	0	0	
VIARCO - INDÚSTRIA DE LÁPIS, LDA.	500751722	Aquisição de bens	Aquisição de brindes publicitários - Lápiz com logótipo	0	13/02/2023	404,4	404,4	30	13/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	18/04/2023	497,29	0	0	0	0	497,29	0	0	0	0	
VISODIDÁTICA - COMÉRCIO DE AUDIO-VISUAIS, LDA.	502691530	Aquisição de bens	Aquisição de projector para o auditório + 2 cabos de 20m + transporte	0	24/02/2023	2082,74	2082,74	30	24/02/2023	Ajuste Direto Simplificado	18/04/2023	2561,77	0	0	0	0	2561,77	0	0	0	0	
STAMP STAR, LDA.	510081878	Aquisição de serviços	Serviços de ligação entre as centrais do IMPIC, IP e o RSBL – Substituição de bateria do equipamento.	0	27/09/2023	64	64	1	27/09/2023	Ajuste Direto Simplificado	31/10/2023	78,72	0	0	0	0	78,72	0	0	0	0	
TOMPLA - INDÚSTRIA INTERNACIONAL DO ENVELOPE, LDA	503248266	Aquisição de bens	Aquisição de envelopes de vários formatos com logotipo do IMPIC, IP	0	23/11/2023	4984,25	4984,25	30	23/11/2023	Ajuste Direto Simplificado	27/12/2023	6130,63	0	0	0	0	6130,63	0	0	0	0	
TRIMATRIZ - INFORMÁTICA, LDA.	504842471	Aquisição de bens	Aquisição de software de cópia de discos	0	18/05/2023	65,8	65,8	30	18/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	31/10/2023	80,93	0	0	0	0	80,93	0	0	0	0	
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI ROMA TOR VERGATA	80213750583	Aquisição de serviços	Inscrição em Simpósio Interdisciplinar de Contratação Pública, de 28 a 29 de Setembro.	0	20/06/2023	360	360	2	20/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/09/2023	210	0	0	0	0	210	0	0	0	0	
UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI ROMA TOR VERGATA	80213750583	Aquisição de serviços	Inscrição em Simpósio Interdisciplinar de Contratação Pública, de 28 a 29 de Setembro.	0	24/08/2023	360	360	2	24/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/09/2023	210	0	0	0	0	210	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	505091500	Aquisição de serviços	Passagens aéreas - Simpósio Interdisciplinar de Contratação Pública, de 27 a 30 de Setembro	0	20/06/2023	645	645	2	20/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	645	0	0	0	0	645	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	505091500	Aquisição de serviços	Alojamento- Simpósio Interdisciplinar de Contratação Pública, de 27 a 30 de Setembro	0	20/06/2023	422,2	422,2	4	20/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	425	0	0	0	0	425	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	505091500	Aquisição de serviços	Passagens aéreas - Simpósio Interdisciplinar de Contratação Pública, de 27 a 30 de Setembro	0	24/08/2023	821,7	821,7	2	24/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	821,7	0	0	0	0	821,7	0	0	0	0	
ATLÂNTIDA VIAGENS E TURISMO, S.A.	505091500	Aquisição de serviços	Alojamento- Simpósio Interdisciplinar de Contratação Pública, de 27 a 30 de Setembro	0	24/08/2023	462,2	462,2	4	24/08/2023	Ajuste Direto Simplificado	25/09/2023	465	0	0	0	0	465	0	0	0	0	
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, na cidade do Porto, de 12 a 19 de dezembro	0	06/12/2023	698,61	698,61	7	06/12/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/12/2023	698,61	0	0	0	0	698,61	0	0	0	0	
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, para 7 funcionários das Lojas do Cidadão, participarem em ação de formação na sede do IMPIC, de 12 a 15 de dez. e de 18 a 19 de dez.	0	06/12/2023	2157,4	2157,4	4	06/12/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/12/2023	2157,4	0	0	0	0	2157,4	0	0	0	0	
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3* de 5 a 6 de dezembro, na cidade do Porto	0	04/12/2023	70,73	70,73	1	04/12/2023	Ajuste Direto Simplificado	22/12/2023	70,73	0	0	0	0	70,73	0	0	0	0	
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Bilhete comboio Lisboa/Coimbra/Lisboa - Dia 22.11	0	13/11/2023	46,5	46,5	1	13/11/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/12/2023	46,5	0	0	0	0	46,5	0	0	0	0	
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Bilhete comboio, dia 14.11.2023 - Lisboa/ Sta. Clara - Saboio / Lisboa - Participar 3.ª reunião Comité de acompanhamento do Alentejo 2030.	0	02/11/2023	10	10	1	02/11/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	10	0	0	0	0	10	0	0	0	0	

Entidade		Contrato							Contrato - Procedimento de contratação	Data do 1º Pagamento - início da execução financeira	Pagamentos no período					Pagamentos acumulados					Observações
Denominação	NIPC	Tipo	Objeto	ID	Data	Valor	Preço Contratual	Prazo de execução			Início da execução (física) do contrato	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos / serviços / fornecimentos complementares	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Bilhete de comboio Lisboa/Porto/lisboa de 8 a 9 de nov.	0	27/10/2023	60,5	60,5	1	27/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	60,5	0	0	0	0	60,5	0	0	0	0
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel de 3*, no Porto, de 8 a 9 de novembro.	0	27/10/2023	69,77	69,77	1	27/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	69,77	0	0	0	0	69,77	0	0	0	0
VIAGENS ABREU, S.A.	500297177	Aquisição de serviços	Alojamento em hotel de 3*, na cidade de Faro, para O.F. de 27 a 30 de novembro.	0	27/10/2023	372,18	372,18	3	27/10/2023	Ajuste Direto Simplificado	04/12/2023	372,18	0	0	0	0	372,18	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento - Operação de Fiscalização, de 6 a 7 de julho, no Porto Santo	0	06/06/2023	180	180	1	06/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	180	0	0	0	0	180	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Bilhetes barco - Operação de Fiscalização, de 6 a 7 de julho, no Porto Santo	0	06/06/2023	360	360	2	06/06/2023	Ajuste Direto Simplificado	11/07/2023	360	0	0	0	0	360	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem para deslocação à Bruxelas - de 29 a 30 de março - reunião EXPP da Comissão Europeia	0	08/03/2023	365,9	365,9	2	08/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	365,9	0	0	0	0	365,9	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3* em Bruxelas de 29 a 30 de março	0	08/03/2023	282,5	282,5	1	08/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	282,5	0	0	0	0	282,5	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Bilhete de viagem Lisboa/Bruxelas/Lisboa, de 14 a 16 de março - reunião da Comissão Europeia	0	09/03/2023	615,9	615,9	2	09/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	615,9	0	0	0	0	615,9	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3*, em Bruxelas, de 14 a 16 de março - reunião da Comissão Europeia.	0	09/03/2023	597	597	2	09/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	597	0	0	0	0	597	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Bilhete viagem Lisboa/Viena/Lisboa de 17 a 21 de abril	0	10/03/2023	509,99	509,99	2	10/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	509,99	0	0	0	0	509,99	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento em Hotel de 3* de 17 a 21 de abril, em Viena	0	10/03/2023	506	506	4	10/03/2023	Ajuste Direto Simplificado	24/03/2023	506	0	0	0	0	506	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel em Cabo Verde, de 3 a 8 de maio.	0	11/04/2023	842	842	5	11/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	842	0	0	0	0	842	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3* de 30 maio a 2 junho - O.F. no Porto	0	27/04/2023	331,5	331,5	3	27/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	331,5	0	0	0	0	331,5	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Viagem Lisboa/França/Lisboa de 18 a 24 de junho - Participação reuniões grupo GAFI	0	27/04/2023	429,58	429,58	2	27/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	429,58	0	0	0	0	429,58	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Alojamento Hotel 3* de 18 a 24 de junho em Paris - Participação em reuniões do Grupo GAFI	0	27/04/2023	1770	1770	6	27/04/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	1770	0	0	0	0	1770	0	0	0	0
RASO VIAGENS E TURISMO, S.A.	500886113	Aquisição de serviços	Viagem Lisboa/Bruxelas/Lisboa de 14 a 15 de maio - reunião Comissão Europeia	0	03/05/2023	485,49	485,49	2	03/05/2023	Ajuste Direto Simplificado	19/05/2023	485,49	0	0	0	0	485,49	0	0	0	0

Adjudicações por Tipo de procedimento

TIPO DE CONTRATO	ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO												TOTAL	
	Ajuste Direto		Ajuste Direto Simplificado		Consulta Prévia Simplificada		Concurso Público		Contratação Excluída		Consulta Prévia		N.º DE CONTRATOS	VALOR (C/IVA)
	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)	N.º de Contratos	Preço Contratual (C/IVA)		
Aquisição de bens	0	0,00 €	33	49 342,93 €	0	0,00 €	0	0,00 €	13	1 551 215,13 €	1	6 433,88 €	47	1 606 991,94 €
Aquisição de serviços	16	538 254,36 €	126	132 561,53 €	1	111 720,90 €	8	1 184 812,79 €	24	487 168,49 €	9	448 168,59 €	184	2 902 686,66 €
TOTAL	16	538 254,36 €	159	181 904,45 €	1	111 720,90 €	8	1 184 812,79 €	37	2 038 383,61 €	10	454 602,48 €	231	4 509 678,59 €

Transferências e subsídios concedidos

Valores em Euros €

Tipo de despesa		Disposições legais	Finalidade	Entidade	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
		(1)	(2)							
Transferências correntes	0403050000			AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA	-	1 171 107,00 €	1 171 107,00 €	-	-	
	Total da rubrica 0403050000				-	1 171 107,00 €	1 171 107,00 €	-	-	
	040600A000			INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. IGSSS	-	6 977,88 €	6 444,54 €	533,34 €	-	
	Total da rubrica 040600A000				-	6 977,88 €	6 444,54 €	533,34 €	-	
	0407010000			CEDIPRE CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO - ASSOCIAÇÃO	-	4 000,00 €	-	4 000,00 €	-	
	Total da rubrica 0407010000				-	4 000,00 €	-	4 000,00 €	-	
	040802A000			VENCIMENTOS	-	32 488,97 €	32 045,95 €	443,02 €	-	
	Total da rubrica 040802A000				-	32 488,97 €	32 045,95 €	443,02 €	-	
	Total Transferências correntes				-	1 214 573,85 €	1 209 597,49 €	4 976,36 €	-	
	Total				-	1 214 573,85 €	1 209 597,49 €	4 976,36 €	-	

Transferências e subsídios recebidos

Valores em Euros €

Tipo de receita		Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4) - (5)	(7)	(8)
Transferências correntes	0609019978			European Commission - Office for the Administration and Payment of Individuals Entitlements	-	1 750,00 €	(1 750,00 €)	-	
		Total da rubrica 0609019978			-	1 750,00 €	(1 750,00 €)	-	
	Total Transferências correntes				-	1 750,00 €	(1 750,00 €)	-	
Transferências de capital	1009019978			Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	-	18 857,07 €	(18 857,07 €)	-	
		Total da rubrica 1009019978			-	18 857,07 €	(18 857,07 €)	-	
	Total Transferências de capital				-	18 857,07 €	(18 857,07 €)	-	
Total				-	20 607,07 €	(20 607,07 €)	-		

9.5 Orçamento

ORÇAMENTO DE ESTADO ORÇAMENTO DE RECEITA

Pág. 1 de 1

ORÇAMENTO: 2023 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

ORGÂNICA: 151030200 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, I.P.

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
016 063	04 01 17 99.78	361	307.500	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			307.500				
016 063	06 09 01 99.78	411	200.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10.º)
016 063	10 09 01 99.78	411	100.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10.º)
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			300.000				
016 063	06 09 01 99.78	482	7.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			7.000				
016 063	04 01 17 99.78	513	13.354.067	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
016 063	04 02 01 01.78	513	500	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
016 063	04 02 04 99.78	513	93.334	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
016 063	07 02 99 99.78	513	4.200	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea a))
016 063	17 02 00 01.01	513	140.000	Decreto-Lei n.º	232/2015	13/10/2015	Lei Orgânica do IMPIC, IP (Art.º 10º, n.º 2 alínea b))
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			13.592.101				
TOTAL DA ORGÂNICA			14.206.601				
TOTAL DO SERVIÇO			14.206.601				

ORÇAMENTO DE ESTADO
ORÇAMENTO DE DESPESA

2022/08/18

Pág. 1 de 4

ORÇAMENTO: 2023 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 151030200 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, I.P.

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	063	0410	02 02 20	A0.A0	258	00000.00000	361	200.000	200.000
016	063	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	361	7.500	7.500
016	063	0410	07 01 07	B0.CO	258	00000.00000	361	100.000	100.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								307.500	307.500
016	063	0410	02 02 20	A0.A0	258	00000.00000	411	200.000	200.000
016	063	0410	07 01 07	B0.CO	258	00000.00000	411	100.000	100.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								300.000	300.000
016	063	0410	02 02 13	00.00	258	00000.00000	482	7.000	7.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								7.000	7.000
016	063	0410	01 01 02	00.00	258	00000.00000	513	168.118	168.118
016	063	0410	01 01 03	A0.00	258	00000.00000	513	1.791.781	1.791.781
016	063	0410	01 01 03	B0.00	258	00000.00000	513	584.908	584.908
016	063	0410	01 01 03	D0.00	258	00000.00000	513	1.289.475	1.289.475
016	063	0410	01 01 11	A0.00	258	00000.00000	513	151.705	151.705
016	063	0410	01 01 11	D0.00	258	00000.00000	513	16.018	16.018
016	063	0410	01 01 12	A0.00	258	00000.00000	513	129.627	129.627
016	063	0410	01 01 12	D0.00	258	00000.00000	513	64.309	64.309
016	063	0410	01 01 13	A0.00	258	00000.00000	513	177.013	177.013
016	063	0410	01 01 13	D0.00	258	00000.00000	513	74.384	74.384
016	063	0410	01 01 14	SF.A0	258	00000.00000	513	162.075	162.075
016	063	0410	01 01 14	SF.B0	258	00000.00000	513	48.742	48.742
016	063	0410	01 01 14	SF.D0	258	00000.00000	513	107.457	107.457
016	063	0410	01 01 14	SN.A0	258	00000.00000	513	162.075	162.075
016	063	0410	01 01 14	SN.B0	258	00000.00000	513	48.742	48.742
016	063	0410	01 01 14	SN.D0	258	00000.00000	513	107.457	107.457
016	063	0410	01 02 01	TT.00	258	00000.00000	513	5.000	5.000

ORÇAMENTO DE ESTADO
ORÇAMENTO DE DESPESA

2022/08/18

Pág. 2 de 4

ORÇAMENTO: 2023 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 151030200 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, I.P.

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	063	0410	01 02 02	00.00	258	00000.00000	513	15.000	15.000
016	063	0410	01 02 04	00.00	258	00000.00000	513	65.000	65.000
016	063	0410	01 02 05	00.00	258	00000.00000	513	1.898	1.898
016	063	0410	01 02 13	PD.00	258	00000.00000	513	7.000	7.000
016	063	0410	01 02 14	00.00	258	00000.00000	513	8.000	8.000
016	063	0410	01 03 03	00.00	258	00000.00000	513	3.360	3.360
016	063	0410	01 03 04	00.00	258	00000.00000	513	3.281	3.281
016	063	0410	01 03 05	A0.A0	258	00000.00000	513	523.299	523.299
016	063	0410	01 03 05	A0.B0	258	00000.00000	513	647.661	647.661
016	063	0410	01 03 10	SS.00	258	00000.00000	513	14.991	14.991
016	063	0410	02 01 02	00.00	258	00000.00000	513	17.271	17.271
016	063	0410	02 01 04	00.00	258	00000.00000	513	27.607	27.607
016	063	0410	02 01 07	00.00	258	00000.00000	513	208	208
016	063	0410	02 01 08	A0.00	258	00000.00000	513	9.518	9.518
016	063	0410	02 01 08	B0.00	258	00000.00000	513	3.291	3.291
016	063	0410	02 01 08	C0.00	258	00000.00000	513	5.000	5.000
016	063	0410	02 01 09	C0.00	258	00000.00000	513	208	208
016	063	0410	02 01 14	00.00	258	00000.00000	513	1.699	1.699
016	063	0410	02 01 18	00.00	258	00000.00000	513	536	536
016	063	0410	02 01 21	00.00	258	00000.00000	513	15.519	15.519
016	063	0410	02 02 01	C0.00	258	00000.00000	513	78.342	78.342
016	063	0410	02 02 02	00.00	258	00000.00000	513	140.895	140.895
016	063	0410	02 02 03	00.00	258	00000.00000	513	25.476	25.476
016	063	0410	02 02 04	C0.00	258	00000.00000	513	1.282.518	1.282.518
016	063	0410	02 02 08	00.00	258	00000.00000	513	79.586	79.586
016	063	0410	02 02 09	A0.00	258	00000.00000	513	13.398	13.398
016	063	0410	02 02 09	C0.00	258	00000.00000	513	22.501	22.501
016	063	0410	02 02 09	D0.00	258	00000.00000	513	29.562	29.562
016	063	0410	02 02 09	E0.00	258	00000.00000	513	357	357



2022/08/18

ORÇAMENTO DE ESTADO
ORÇAMENTO DE DESPESA

Pág. 3 de 4

ORÇAMENTO: 2023 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 151030200 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, I.P.

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	063	0410	02 02 09	F0.00	258	00000.00000	513	177.682	177.682
016	063	0410	02 02 10	00.00	258	00000.00000	513	27.522	27.522
016	063	0410	02 02 11	00.00	258	00000.00000	513	850	850
016	063	0410	02 02 13	00.00	258	00000.00000	513	37.089	37.089
016	063	0410	02 02 14	A0.00	258	00000.00000	513	35.285	35.285
016	063	0410	02 02 14	B0.00	258	00000.00000	513	53.060	53.060
016	063	0410	02 02 14	C0.00	258	00000.00000	513	20.808	20.808
016	063	0410	02 02 14	D0.00	258	00000.00000	513	10.612	10.612
016	063	0410	02 02 15	A0.00	258	00000.00000	513	20.808	20.808
016	063	0410	02 02 15	B0.00	258	00000.00000	513	41.616	41.616
016	063	0410	02 02 16	00.00	258	00000.00000	513	16.980	16.980
016	063	0410	02 02 17	A0.00	258	00000.00000	513	2.972	2.972
016	063	0410	02 02 17	B0.A0	258	00000.00000	513	21.224	21.224
016	063	0410	02 02 18	00.00	258	00000.00000	513	232.545	232.545
016	063	0410	02 02 19	A0.A0	258	00000.00000	513	31.719	31.719
016	063	0410	02 02 19	A0.B0	258	00000.00000	513	871	871
016	063	0410	02 02 19	B0.00	258	00000.00000	513	174.975	174.975
016	063	0410	02 02 19	C0.00	258	00000.00000	513	30.015	30.015
016	063	0410	02 02 20	A0.A0	258	00000.00000	513	300.000	300.000
016	063	0410	02 02 20	A0.B0	258	00000.00000	513	3.381	3.381
016	063	0410	02 02 20	A0.C0	258	00000.00000	513	200.938	200.938
016	063	0410	02 02 22	H0.00	258	00000.00000	513	11.500	11.500
016	063	0410	02 02 23	B0.00	258	00000.00000	513	208	208
016	063	0410	02 02 24	00.00	258	00000.00000	513	65.795	65.795
016	063	0410	02 02 25	00.00	258	00000.00000	513	373.132	373.132
016	063	0410	03 05 02	J0.00	258	00000.00000	513	1.062	1.062
016	063	0410	04 03 05	00.00	258	00000.00000	513	1.171.107	1.171.107
016	063	0410	04 07 01	00.00	258	00000.00000	513	4.162	4.162
016	063	0410	06 02 03	C.J.00	258	00000.00000	513	1.500	1.500



2022/08/18

ORÇAMENTO DE ESTADO
ORÇAMENTO DE DESPESA

Pág. 4 de 4

ORÇAMENTO: 2023 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 5657 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO
ORGÂNICA: 151030200 INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, I.P.

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
016	063	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	513	327.233	327.233
016	063	0410	07 01 07	B0.A0	258	00000.00000	513	100.000	100.000
016	063	0410	07 01 07	B0.B0	258	00000.00000	513	20.579	20.579
016	063	0410	07 01 07	B0.C0	258	00000.00000	513	50.000	50.000
016	063	0410	07 01 08	B0.B0	258	00000.00000	513	1.502.298	1.502.298
016	063	0410	07 01 09	B0.B0	258	00000.00000	513	50.000	50.000
016	063	0410	07 01 13	00.00	258	00000.00000	513	5.200	5.200
016	063	0410	07 01 15	00.00	258	00000.00000	513	20.000	20.000
016	063	0410	12 02 00	00.00	258	00000.00000	513	140.000	140.000
016	064	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	513	2.500	2.500
016	064	0410	07 01 08	B0.B0	258	00000.00000	513	100.000	100.000
016	066	0410	02 01 09	C0.00	258	00000.00000	513	17.242	17.242
016	066	0410	02 01 21	00.00	258	00000.00000	513	251	251
016	066	0410	02 02 02	00.00	258	00000.00000	513	5.646	5.646
016	066	0410	02 02 22	H0.00	258	00000.00000	513	48.144	48.144
016	066	0410	06 02 03	R0.00	957	00000.00000	513	1.782	1.782
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								13.592.101	13.592.101
TOTAL DA ORGÂNICA								14.206.601	14.206.601
TOTAL DO SERVIÇO								14.206.601	14.206.601

10. Legislação em vigor em 2023

10.1 Contratação Pública

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	6/2004	06-01-2004	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto-Lei	18/2008	29-01-2008	Aprova o Código dos Contratos Públicos e altera o DL 12/2004, de 09.01
Declaração de Retificação	18-A/2008	28-03-2008	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que alterou o DL 12/2004, de 9 de Janeiro e aprovou o Código dos Contratos Públicos
Decreto Legislativo Regional	34/2008/M	14-08-2008	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro
Lei	59/2008	11-09-2008	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	200/2008	09-10-2008	Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Declaração de Retificação	60/2008	10-10-2008	Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto
Decreto Legislativo Regional	15/2009/A	06-08-2009	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores
Decreto-Lei	278/2009	02-10-2009	Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às atividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior
Lei	3/2010	27-04-2010	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	131/2010	14-12-2010	Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de atos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe a Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, que altera as Diretivas n.os 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
Portaria	87/2011	25-02-2011	Primeira Alteração à Portaria n.º 22/2010, de 11.01. que estabelece a constituição da comissão de índices e formas de empreitadas (CIFE)

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	104/2011	06-10-2011	Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança e transpõe a Diretiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho.
Decreto-Lei	108/2011	17-11-2011	Revoga o artigo 10º do Decreto-Lei n.º 200/2008, de 09.10, que aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Decreto-Lei	29/2011	28-02-2011	Estabelece o regime jurídico aplicável à formação e execução dos contratos de desempenho energético que revistam a natureza de contratos de gestão de eficiência energética, a celebrar entre as entidades públicas e as empresas de serviços energéticos
Lei	64-B/2011	30-12-2011	Alteração ao Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	149/2012	12-07-2012	Altera vários artigos do Código dos Contratos Públicos
Aviso	11432/2013	12.09.2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013
Aviso	14384/2013	22.11.2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013
Lei	96/2015	17-08-2015	Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.
Decreto Legislativo Regional	27/2015/A	29-12-2015	Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores
Aviso	6876/2017	21-06-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2016
Aviso	9636/2017	22-08-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2016
Aviso	9637/2017	22-08-2017	Fixa os índices ponderados de custos de mão- de- obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016
Decreto-Lei	111-B/2017	31-08-2017	Procede à nona alteração e republicação ao Código dos Contratos Públicos
Declaração de retificação	36-A/2017	30-10-2017	Retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Declaração de retificação	42/2017	30-11-2017	Retifica a declaração de retificação n.º 36-A/2017, que retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto
Portaria	371/2017	14-12-2017	Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos
Portaria	372/2017	14-12-2017	Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação no âmbito dos procedimentos de formação dos contratos públicos
Lei	31/2017	31/05/2017	Aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão
Decreto-Lei	85/2017	27-07-2017	Cria um regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado
Decreto-Lei	87/2017	27-07-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos nos Municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã
Decreto-Lei	135-A/2017	02-11-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos em outubro de 2017 nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu
Portaria	57/2018	26-02-2018	Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir
Portaria	72/2018	09-03-2018	Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova
Decreto Legislativo Regional	6/2018/M	15-03-2018	Procede à sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2018/M de 14 de agosto que adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos
Declaração de Retificação	14/2018	20-03-2018	Retifica a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, das Finanças e Planeamento e das Infraestruturas, que regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2018
Decreto-Lei	22/2018	10/04/2018	Cria uma linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível
Decreto-Lei	30/2018	07-05-2018	Estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de serviços de viagens e alojamento no âmbito de deslocações em serviço público

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	60/2018	03-08-2018	Procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento
Decreto-Lei	70/2018	30-08-2018	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos em agosto de 2018 nos concelhos de Monchique, Silves, Portimão e Odemira
Decreto-Lei	72/2018	12-09-2018	Cria o Portal Nacional dos Fornecedores do Estado
Decreto-Lei	85/2018	25-10-2018	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelo furacão Leslie ocorrido nos dias 13 e 14 de outubro de 2018
Decreto-Lei	123/2018	28-12-2018	Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos
Portaria	284/2019	02-09-2019	Altera a Portaria n.º 57/2018, de 26.02 (Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE» e aprova os modelos de dados a transmitir)
Regulamento de execução UE	1780	25/10/2019	Estabelece os formulários tipo para a publicação de anúncios e revoga o RE EU 1986/2015
Decreto-Lei	168/2019	29-11-2019	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelo furacão Lorenzo na região Autónoma dos Açores.
Decreto-Lei	170/2019	04-12-2019	Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio. Altera os artigos 37.º, 109.º e 340.º do Código, a partir de 5-12-2019, sem prejuízo do disposto na norma de aplicação no tempo, relativa a processos de parcerias.
Resolução da Assembleia da República	16/2020	19/03/2020	Faz cessar a vigência do Decreto-Lei 170/219, de 4/12/2019, no que diz respeito à redação por ele dada aos artigos 37º, 109º e 340º.
Aviso	10864/2020	24-07-2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Portaria	52/2021	9.03.2021	Estabelece os níveis diferenciados de acesso à informação registada no Portal Nacional de Fornecedores do Estado

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	8248/2021	04.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8298/2021	5.5.2021	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8373/2021	6.5.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Lei	30/2021	21.05.2021	Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro
Aviso	9679/2021	21.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Declaração de Retificação	25/2021	21.07.2021	Retifica a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que «Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado em anexo à Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro
Aviso	15207/2021	16.08.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Decreto-Lei	73/2021	18.08.2021	Altera o regime da revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto-Lei	86/2021	19.10.2021	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1161, estabelecendo o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário limpos a favor da mobilidade com nível baixo de emissões, pois fala de contratação pública.
Declaração	17/2021	25.10.2021	Composição da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública
Regulamento Delegado (UE) da Comissão	2021/1953	10.11.2021	altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada, bem como para os concursos de conceção

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	96/2021	12.11.2021	Estabelece um regime de integração, em obras públicas, de obras de arte para fruição pública
Aviso	21925/2021	22.11.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 2.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Portaria	288/2021	9.12.2021	Fixa as taxas devidas pelas empresas gestoras de plataformas eletrónicas licenciadas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P
Decreto-Lei	109-E/2021	9.12.2021	Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção

10.2 Construção

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	555/99	16-12-1999	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
Decreto-Lei	46/2008	12-03-2008	Aprova o regime de gestão de resíduos de construção e demolição
Portaria	1268/2008	06-11-2008	Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico
Lei	31/2009	03-07-2009	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.
Decreto-Lei	183/2009	10-08-2009	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.
Decreto Legislativo Regional	24/2010/M	30-03-2010	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de executante de instalações elétricas de serviço particular, tendo sido declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 1º a 15º pelo Ac.88/2012, de 08.03

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Decreto-Lei	73/2011	17-06-2011	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
Decreto-Lei	84/2011	20-06-2011	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das atividade de pesquisa e captação de águas subterrâneas
Portaria	274/2011	26-09-2011	Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto
Portaria	119/2012	30-04-2012	Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28.01
Declaração de retificação	25/2012	23-05-2012	Retifica a Portaria n.º 119/2012
Declaração de retificação	27/2012	30-05-2012	Retifica a Portaria n.º 119/2012
Aviso	1142/2013	24-01-2013	Publicação dos índices de custos de-mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais – (Quadro II) e de equipamentos de apoio – (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012.
Decreto-Lei	88/2013	09-07-2013	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10.08, no que respeita a critérios específicos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo.
Decreto-Lei	118/2013	20-08-2013	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços.
Declaração de retificação	41/2013	17-10-2013	Retifica o n.º 8 do artigo 39.º e o n.º 5.º do artigo 47.º do Decreto-Lei 118/2013.
Aviso	11432/2013	12-09-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	14384/2013	22-11-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Portaria	349-A/2013	29-11-2013	Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).
Portaria	349-B/2013	29-11-2013	Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção.
Portaria	349-D/2013	29-11-2013	Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes
Portaria	353/2013	04-12-2013	Fixa para vigorar para 2014 os preços da habitação por metro quadrado consoante as zonas do país para efeitos do cálculo da renda condicionada.
Portaria	353-A/2013	04-12-2013	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.
Portaria	370/2013	27-12-2013	Fixa o valor médio da construção por metro quadrado no ano de 2014.
Lei	40/2015	01-06-2015	Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas e particulares, procedendo à primeira alteração e à republicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho.
Lei	41/2015	03-06-2015	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro.
Portaria	261-A/2015	27-08-2015	Fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção e revoga a Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	39/2016	07-03-2016	Alteração do anexo I , da Portaria 349-A/2013.
Decreto-Lei	28/2016	23-06-2016	Procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20-08-2013 e republica este diploma.
Portaria	319/2016	15-12-2016	Procede à segunda alteração à Portaria 349-B/2013, de 29.11. Se a Portaria 349-B foi revogada em 1.7.2020 pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 07.12
Decreto-Lei	97/2017	10-08-2017	Regime de instalações de gases combustíveis em edifícios.
Lei	79/2017	18-08-2017	10.ª Alteração ao regime jurídico da urbanização e edificação – Protege o património azulejar.
Resolução do Conselho de Ministros	76/2017	05-06-2017	Decide proceder a criação do livro de obra eletrónico e à extinção da FTH.
Decreto-Lei	96/2017	10-08-2017	Estabelece o regime das instalações elétricas particulares.
Decreto-Lei	97/2017	10-08-2017	Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.
Aviso	3800/2018	22-03-2018	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	3801/2018	22.03.2018	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	3802/2018	22-03-2018	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	6575	17.05.2018	Procede-se à republicação dos índices de custos de materiais relativos ao 2.º trimestre de 2017, tendo em conta que os valores referentes ao M18 - Betumes a granel e ao M19 - Betumes em tambores apresentavam valores incorretos)
Aviso	6576	17.05.2018	Procede-se à republicação dos índices de custos de materiais relativos ao 1.º trimestre de 2017, tendo em conta que os valores referentes ao M10 - Azulejos e Mosaicos e ao M30 - Tintas para estradas apresentavam valores incorretos)
Aviso	11697/2018	20-08-2018	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao 3.º trimestre de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	11698/2018	20-08-2018	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao 2.º trimestre de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Lei	59/2018	21-08-2018	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao <u>Decreto-Lei n.º 97/2017</u> , de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.
Lei	61/2018	21-08-2018	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao <u>Decreto-Lei n.º 96/2017</u> , de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações elétricas particulares.
Declaração de retificação	28/2018	23-08-2018	Declaração de retificação à <u>Lei n.º 59/2018</u> , de 21 de agosto, «Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao <u>Decreto-Lei n.º 97/2017</u> , de 10 de agosto, que estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios».
Aviso	12034/2018	23-08-2018	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Portaria	251/2018	07-09-2018	Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços e outras e a Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços – FETESE e outros.
Portaria	330-A/2018	20-12-2018	Fixa o valor do m2de construção para 2019
Lei	118/2019	17-09-2019	Altera os artigos 69.º e 98.º do RJUE, com início de vigência a partir de 16.11.2019, sem prejuízo das alterações efetuadas ao artigo 98.º aplicarem-se aos processos que deram entrada a partir de 01.09.2016 em que não tenha havido penhora.
Decreto-Lei	66/2019	21-05-2019	altera os artigos 2.º, 4.º, 89.º, 90.º, 91.º, 107.º e 108.º do RJUE.
Portaria	192/2019	25-06-2019	Aprova os requisitos específicos de certificação das entidades formadoras para ministrarem formação adequada à obtenção da qualificação profissional de técnico de gás, instalador de instalações de gás e de redes e ramais de distribuição de gás, instalador de aparelhos a gás e soldador de aço por fusão na área do gás.
Aviso	310/2019	07-01-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	311/2019	07-01-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			e março de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	5076/2019	22-03-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	114/2019	02-04-2019	Valores dos índices de custo de mão-de-obra da RAM, mão-de-obra por tipo de obra e por profissão, para a Região Autónoma da Madeira relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2018.
Aviso	10134/2019	17-06-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	15992/2019	09-10-2019	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes ao mês de março das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	15993/2019	09-10-2019	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019, para efeito da aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art.º6º do Decreto Lei n.º6/2004, de 6 de janeiro.
Aviso	667/2019	29-11-2019	Índices de custo de mão-de-obra da RAM, mão-de-obra por tipo de obra e por profissão para a Região Autónoma da Madeira relativos aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2019.
Aviso	668/2019	29-11-2019	Índices de custo de mão-de-obra da RAM, mão-de-obra por tipo de obra e por profissão, para a Região Autónoma da Madeira relativos aos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.
Decreto-Lei	95/2019	18-07-2019	Regime Aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas.
Decreto Legislativo regional	23/2019/A	16-11-2019	Aprova o Regime jurídico das Instalações de Gás combustível em imóveis na Região Autónoma da Madeira.
Decreto Legislativo regional	12/2019/M	14-08-2019	Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, adiante designadas por instalações de gás, e dos aparelhos que aqueles abastecem, com exceção dos aparelhos alimentados diretamente por garrafas de gás colocadas no local do consumo, bem como a definição do sistema de supervisão e regulação das atividades a elas associadas.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto Legislativo regional	4/2019/M	01-07-2019	Adapta o Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10.08, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21.08, estabelece a disciplina das instalações elétricas de serviço particular alimentadas pela rede elétrica de serviço público da Região Autónoma da Madeira, em média, alta ou baixa tensão, e das instalações com produção própria, de carácter temporário ou itinerante, de segurança ao de socorro, e define o sistema de controlo, supervisão e regulação das atividades a elas associadas
Decreto Regulamentar regional	6/2019_M	22/08/2019	Fixa o Valor do Metro Quadrado de Construção para o Ano de 2019.
Lei	36/2019	29/05/2019	Cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1975 e 1980.
Portaria	297/2019	9/09/2021	Quarta alteração à <u>Portaria n.º 349-B/2013</u> , de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
Lei	123/2019	18/10/2019	Terceira alteração ao <u>Decreto-Lei n.º 220/2008</u> , de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.
Portaria	297/2019	09.09.2019	Quarta alteração à <u>Portaria n.º 349-B/2013</u> , de 29 de novembro, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados do SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
Lei	123/2019	18.10.2019	3ª Alteração ao Decreto-Lei 220/2008, segurança contra incêndios
Portaria	3/2020	13.01.2020	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2020.
Aviso	612/2020	14.01.2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	6274/2020	15.04.2020	Retifica e republica os índices de custos de materiais relativos ao 2.º trimestre de 2019
Aviso	6275/2020	15.04.2020	Corrige os índices ponderados de custos de equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2016, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	6276/2020	15.04.2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	10864/2020	24-07-2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	19530	27.11.2020	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Portaria	289/2020	17.12.2020	Fixa o valor médio por m2, para efeitos do artigo 39º do Código do IMI para 2021
Decreto Regulamentar Regional	2/2021-M	11-01-2021	Fixação do valor do metro quadrado de construção para o ano de 2021
Aviso	8248/2021	04.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8298/2021	5.5.2021	Corrige os índices ponderados de custos de materiais referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	8373/2021	6.5.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Aviso	9679/2021	21.05.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	15207/2021	16.08.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 1.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços
Aviso	21925/2021	22.11.2021	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes ao 2.º trimestre de 2021, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto
Portaria	310/2021	20-12-2021	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2022.

10.3 Mediação Imobiliária

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	156/2005	15-09-2005	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
Decreto-Lei	371/2007	06-11-2007	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro.
Lei	15/2013	08-02-2013	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços do mercado interno.
Portaria	199/2013	31-05-2013	Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de outubro.
Regulamento	16/2014	15-01-2014	Regulamenta a Lei n.º 15/2013.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	74/2017	21-06-2017	Altera e republica o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro.
Portaria	201-A/2017	30-06-2017	Aprova o modelo, edição, preço e distribuição do livro de reclamações nos formatos físico e eletrónico.
Decreto-Lei	102/2017	23-08-2017	Implementa a medida do Simplex+ 2016-Informação ao Consumidor mais simples (Altera a Lei n.º 15/2013, de 08.02, a Lei n.º 144/2015, de 08.09 e Decreto-Lei n.º 10/2015, de 06.01).
Lei	83/2017	18-08-2017	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e revoga a Lei n.º 25/2008, de 05 de junho e o Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de julho.
Deliberação	988/2017	09-11-2017	Decide alterar a Lei da Prevenção ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
Deliberação	51/2018	12-01-2018	Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho - Livro de reclamações - Procedimentos atinentes ao cumprimento da obrigação de envio das folhas de reclamações exaradas no livro em formato físico.
Lei	25/2018	14-06-2018	Procede à segunda alteração da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis, e à primeira alteração à Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.
Portaria	228/2018	13-08-2018	Aprova o modelo de contrato de mediação imobiliária.
Portaria	233/2018	21-08-2018	Regulamenta o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (Regime Jurídico do RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
Decreto-Lei	144/2019	23-09-2019	Procede à transferência para a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários das competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos.
Decreto-Lei	80/2019	17-06-2019	Altera os artigos 11.º, 19.º, 21.º e 23.º a 25.º e a epígrafe do capítulo iii que passa a designar-se “Permissões administrativas e outros requisitos para acesso ou exercício de atividade de serviços”.
Portaria	200/2019	28-06-2019	Estabelece os prazos para a declaração inicial do RCBE e revoga os artigos 13.º e 17.º da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.
Declaração de Retificação	34/2019	17-09-2019	Retifica a Portaria n.º 200/2019, de 28.06.
Lei	58/2020	31/08/2020	Altera e republica a Lei 83/2017, transpõe Diretiva 2018/843 sobre CBCFT
Declaração de Retificação	41/2020	30/10/2020	Retifica a Lei 58/2020, de 31/08.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	9/2021	29.01.2021	Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas
Lei	32/2021	27.05.2021	Estabelece limitações à redação de cláusulas contratuais e prevê a criação de um sistema de controlo e prevenção de cláusulas abusivas, alterando o Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que institui o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais
Regulamento	603/2021	2.07.2021	Regulamento do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC,I.P.), de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no setor do imobiliário.
Decreto-Lei	89/2021	3.11.2021	Regulamenta normas da Lei de Bases da Habitação relativas à garantia de alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade
Portaria	261/2021	22.11.2021	Aprova o Regulamento da Atividade de Fiscalização do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
Decreto-Lei	108/2021	7.12.2021	Altera o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais
Decreto-lei	109-G/2021	10.12.2021	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores

10.4 Ficha Técnica da Habitação

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	68/2004	25-03-2004	Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação – Ficha técnica da habitação.
Portaria	817/2004	16-07-2004	Aprova o modelo da ficha técnica da habitação.
Resolução de Conselho de Ministros	76/2017	05-06-2017	Visa extinguir a FTH e criar o livro de obra eletrónico.
Decreto-Lei	84/2021	18.10.2021	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores

10.5 IMPIC, IP

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	232/2015	13-10-2015	Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Resolução de Conselho de Ministros	51/2017	19-04-2017	Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais combustíveis de impressão na AP.
Despacho	3746/2017	04-05-2017	Descongelamento de carreiras.
Lei	25/2017	30-05-2017	Aprova o regime de valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público.
Decreto-Lei	68/2017	16-06-2017	Cria a certidão judicial eletrónica, flexibiliza a emissão de certificados no âmbito do registo criminal on line e aumenta a capacidade do sistema de informação da classificação portuguesa das atividades económicas.
Decreto-Lei	87/2017	27-07-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos nos Municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.
Decreto-Lei	93/2017	01-08-2017	Cria o serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única eletrónica.
Decreto-Lei	102/2017	23-08-2017	Implementa a medida do Simplex + 2016 “informação ao consumidor mais simples”.
Decreto-Lei	135-A/2017	02-11-2017	Estabelece as medidas excecionais de contratação pública por ajuste direto relacionadas com os danos causados pelos incêndios florestais ocorridos em outubro de 2017 nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.
Decreto-Lei	138/2017	10-11-2017	Altera a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.
Lei	8/2018	02.03-2018	Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado).
Decreto-Lei	30/2018	07-05-2018	Estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de serviços de viagens e alojamentos no âmbito das deslocações em serviço público.
Decreto-Lei	33/2018	15-05-2018	Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2018.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Declaração de Retificação	22/2018	10-07-2018	Retifica o Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 93, de 15 de maio de 2018.
Aviso	11696/2018	20-08-2018	Conclusão do período experimental da trabalhadora Bella Clara Rocha Lamelas, na carreira e categoria de técnica superior.
Aviso	11699/2018	20-08-2018	Consolidação de mobilidades na categoria das trabalhadoras Cláudia Carolina Rodrigues Aleixo Mota, Dália Maria Ribeiro Dâmaso Bernardino e Maria de Fátima da Silva de Almeida Martins Ferreira.
Resolução de Conselho de Ministros	141/2018	26-10-2018	Aprova medidas tendentes à utilização mais sustentável de recursos e à adoção de soluções circulares na Administração Pública promovendo designadamente a redução do consumo de papel, demais consumíveis de impressão e produtos de plásticos privilegiando a proteção ambiental, a otimização de processos e a modernização de procedimentos administrativos.
Decreto-Lei	90/2018	09-11-2018	Altera a orgânica do XXI Governo Constitucional.
Portaria	330-A72018	20-12-2018	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2019.
Lei	70/2018	31-12-2018	Grandes Opções do Plano para 2019.
Lei	71/2018	31-12-2018	Orçamento do Estado para 2019.
Aviso	9785	5-06-2019	Estatutos da Comissão de Trabalhadores do IMPIC, I.P.
Portaria	172/2019	3-06-2019	Estabelece o sistema de incentivos à despesa pública
Portaria	194/2019	25-06-2019	Aprova o modelo de identificação dos trabalhadores do IMPIC, que exercem funções de inspeção
Resolução da RAM	336/2019	12-06-2019	Designa como representante da Região no Conselho Consultivo do Instituto de Mercados públicos, do imobiliário e da Construção, o licenciado em direito, João Carlos Teixeira Baltasar Gomes.
Aviso	5077/2019	22-03-2019	Conclusão com sucesso do período experimental na carreira e categoria de técnico superior – Ana Raquel Silva Carvalho, Maria de Lurdes Pereira Lima Barbosa e Otília Guerra Margarido
Resolução de Conselho de Ministros	106/2019	27-06-2019	Promove a aquisição e locação de veículos zero emissões do Estado

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	84/2019	28-06-2019	Estabelece as normas de execução do OE para 2019
Decreto-Lei	85/2019	1-07-2019	Permite aos trabalhadores da AP faltarem justificadamente no 1º dia de aulas do ano letivo para acompanhamento de menores de 12 anos
Aviso	11997/2019	25-07-2019	Consolidação definitiva da mobilidade da técnica superior Alexandra Maria Matos Rodrigues.
Aviso	11998/2019	25-07-2019	Consolidação definitiva da mobilidade da assistente técnica Sandra Cristina Marreiros Torpes.
Deliberação	820/2019	29/07/2019	Pedido de cessação de funções no cargo de Chefe do Departamento Financeiro da Direção Financeira, de Estudos e Estratégia – Ana Sofia Bailote Antunes Pais.
Lei	58/2019	8/08/2019	Assegura a execução do Regulamento EU 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito aos seus dados pessoais
Despacho	9057/2019	09-10-2019	Manutenção do exercício de funções com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo da assistente técnica Maria Emília Lopes Morais
Aviso	13760/2019	3/09/2020	Constituição da CT do IMPIC, I.P.
Resolução da Assembleia da República	5/2020	15/01/2020	Orçamento da AR para 2020R
Despacho	514/2020	15-01-2020	Torna pública a lista de trabalhadores que são reposicionados com efeitos 1/01/2019
Despacho	6396/2020	17/06/2020	Regulamento do horário de trabalho do IMPIC, I.P.,
Aviso	1558/2020	29/01/2020	Alteração aos Estatutos da CT do IMPIC, I.P
Lei	72/2020	16/11/2020	Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos e altera o CPA
Despacho	4622/2021	06.05.2021	Designa o licenciado Fernando Miguel dos Santos Batista para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Despacho	4621/2021	06.05.2021	Designa o licenciado Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Despacho	4620/2021	06.05.2021	Designa a licenciada Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Aviso	8374/2021	06.05.2021	Consolidação da mobilidade interna na categoria das técnicas superiores Deolinda da Conceição da Silva Reis Marques e Carla Amarina dos Santos Parreira
Deliberação	470/2021	12.05.2021	Exoneração, a seu pedido, de cargo de direção intermédia de 2.º grau do licenciado Manuel João Lourenço de Macedo Osório
Deliberação	469/2021	12.05.2021	Designação, em regime de substituição, do licenciado André Filipe Barata Pereira Gonçalves para o cargo de chefe do Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas, cargo de direção intermédia de 2.º grau
Deliberação	612/2021	21.06.2021	Distribuição de pelouros e delegação de competências do conselho diretivo do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Aviso	11525/2021	22.06.2021	Consolidação da mobilidade interna na categoria da técnica superior Sandra Cristina Caetano de Mascarenhas.
Deliberação	630/2021	24.06.2021	Designação, em regime de substituição, da licenciada Lucinda de Fátima Araújo Gaspar para o cargo de diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública, cargo de direção intermédia de 1.º grau
Deliberação	631/2021	24.06.2021	Designação, em regime de substituição, da licenciada Lucinda de Fátima Araújo Gaspar para o cargo de diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública, cargo de direção intermédia de 1.º grau
Aviso (extrato)	19799/2021	21.10.2021	Concessão de licença sem remuneração ao técnico superior João Telmo Cortez dos Santos Fontes Peixoto.
Aviso (extrato)	19798/2021	21.10.2021	Regresso do técnico superior Marco Pais Neves dos Santos por término do contrato de bolsa de investigação.



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt